

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
MESTRADO EM LITERATURA BRASILEIRA

SILÊNCIO E SOM: O DISCURSO DO TRABALHO  
EM OBRAS DE DRUMMOND E RUFFATO

GIOVANA PAULA SANTIAGO DE OLIVEIRA

Brasília  
2008

---

GIOVANA PAULA SANTIAGO DE OLIVEIRA

SILÊNCIO E SOM: O DISCURSO DO TRABALHO EM  
OBRAS DE DRUMMOND E RUFFATO

---

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Representação na literatura contemporânea

Orientadora: Professora Doutora Sara Almarza

---

Brasília

2008

---

GIOVANA PAULA SANTIAGO DE OLIVEIRA

SILÊNCIO E SOM: O DISCURSO DO TRABALHO EM  
OBRAS DE DRUMMOND E RUFFATO

---

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Representação na literatura contemporânea

---

Brasília - 2008

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Sara Almarza - Orientadora

Prof. Dr. João Vianney Cavalcanti – examinador

Prof. Dr. Menelick de Carvalho Netto – examinador

Prof. Dr. André Luís Gomes – suplente

---

Para Paulo, por tornar muito melhor a experiência da vida.

---

## Agradecimentos

Este trabalho é resultado de um esforço coletivo, por isso é preciso agradecer aos que dividiram comigo as idéias que motivam este texto, além dos desafios e das emoções que envolveram essa jornada. Contar com o apoio mais fundamental de todos, além daquele irrestritamente empenhado por minha família, tornou mais leve essa realização acadêmica.

À Prof. Dra Sara Almarza, por sua generosidade em me acolher como orientanda e por sua coragem em enfrentar o desafio de um trabalho interdisciplinar; ao Prof. Dr Menelick de Carvalho Netto, que me recebeu com carinho como aluna ouvinte em uma de suas matérias e cujas aulas despertaram encantamento e inspiraram o tema desse trabalho.

Ao Paulo, por seu estímulo e amor infinitos, pelas inúmeras e longas conversas que sempre me ajudaram a clarear as idéias; a Adonias e Nair, por seu amor incondicional e pelo entusiasmo contagiante que desenvolvem por minhas realizações; a Marília, Stella, Anynha, Keyla, Leo, Géu, Osvaldo e Eliane, por sua constante preocupação e carinho com o meu bem-estar e por proporcionarem pausas felizes na rotina do dia-a-dia; ao Lylio, por me acompanhar diariamente em oração.

Aos meus colegas de prática pedagógica no CMB, por me apoiarem de muitas formas, mas especialmente aos queridos Daniel e Luiz Fernando, que com certeza se sobrecarregaram para garantir que eu tivesse mais tempo disponível para a realização desta pesquisa.

---

## Sumário

Resumo.....	7
Abstract.....	8
Introdução - .....	9
Capítulo 1 - O trabalho como experiência ressignificada no tempo.....	13
1.1 – Literatura e Sociologia: uma relação entre diferentes sistemas.....	28
Capítulo 2 – O paradigma do Estado Social na articulação entre trabalho e literatura.....	34
2.1 - O trabalho no Estado Social visto na literatura de Drummond.....	40
Capítulo 3 – A crise do Estado Social na articulação entre trabalho e literatura.....	57
3.1 – A crise do trabalho na contemporaneidade vista na literatura de Luiz Ruffato.....	63
Conclusão –.....	77
Bibliografia- .....	82

## Resumo

O presente texto examina uma mudança no discurso literário quanto à representação do trabalho. A pesquisa procura verificar se as transformações que ocorreram nas relações de trabalho, a partir da crise do Estado Social, exerceram pressão sobre o sistema literário e como a literatura pôde refletir sobre elas.

Os autores Carlos Drummond de Andrade e Luiz Ruffato são modelos paradigmáticos dos períodos do Estado Social e do atual Estado Democrático de Direito. Por esta razão, a comparação entre alguns dos textos produzidos por esses dois escritores estabelece o recorte condutor desta análise.

O estudo da teoria social desenvolvido por Ricardo Antunes e as considerações históricas de Eric Hobsbawm são os principais marcos teóricos utilizados para examinar as modificações do mundo do trabalho nos períodos delimitados por essa pesquisa. Portanto, foi necessário fazer uma articulação entre literatura e sociologia (observando os limites dessa articulação) sem exigir de ambos um mesmo fundamento valorativo (uma vez que a ausência de fundamento representa uma condição inaugurada pela modernidade), mas preservando a autonomia tanto da literatura como da sociologia, cuidando para que uma não seja reduzida à outra. Em vista disso, a obra de Niklas Luhmann foi extremamente importante, particularmente as noções desenvolvidas em sua Teoria dos Sistemas.

A análise da teoria social descrita acima deve retornar ao ponto de partida do sistema literário. O conjunto teórico desenvolvido por Mikhail Bakhtin foi um guia para orientar esse movimento de retorno, em vista de sua perspectiva dialógica entre o texto literário e os fatores sociais que fazem o contraste entre a maneira como Drummond e Ruffato criam literariamente o mundo do trabalho.

## **Abstract**

The present text examines a change within the literary works concerning the labor world. This research aims to verify if the transformations in the labor relations that took place after the crisis of the welfare state applied pressure over the system of literature and how literature respond to this pressure.

The authors Carlos Drummond de Andrade and Luiz Ruffato are exemplarily linked, respectively, to the periods of the welfare state and the contemporary constitutional democracy. Therefore, the comparison of some of the texts written by those two authors was elected as a guideline to the analysis.

The sociological analysis of Ricardo Antunes and the historical considerations of Eric Hobsbawm were the main authors used to examine the modifications on the labor relations in the periods selected by the research. Nevertheless, it was necessary to articulate the possible relationship between literature and sociology (and the limits of this relationship), in a manner that did not require a common axiological ground for both of them (since the absence of necessary foundations is a condition initiated in the modernity) but also maintained the different roles of literature and sociology, by not reducing the former to the latter. For this particular articulation, the work of Niklas Luhmann was extremely useful, particularly the general notions developed in his Systems Theory.

This social and historical analysis, made as it is described above, may now return to the departure point of the literary theory. Such return was guided by the theoretical work of Mikhail Bakhtin, for his unique perspective of the dialogic within the literary text and its historical moment allows the contrast between the way Drummond and Ruffato experience and recreate the world of labor.

## I - INTRODUÇÃO

Na sociedade em que vivemos, a regra é depender de trabalho para se manter, de modo que em nosso imaginário social, identificamo-nos de uma maneira geral como uma população de trabalhadores. De fato, para a maior parte das pessoas, o trabalho representa a única fonte de subsistência, mas o sentido de trabalho na nossa cultura, ainda que esteja bastante vinculado à sobrevivência individual e familiar, ultrapassou as fronteiras da necessidade material, de forma que trabalho atualmente também significa um meio pelo qual as pessoas se expressam e afirmam a sua identidade. A extensão do significado de trabalho pode ser claramente percebida quando André Gorz explica que, na sociedade contemporânea, o trabalho socialmente remunerado não apenas representa o acesso privilegiado do ser-humano à esfera pública, porque é uma forma de alcançar identidade e existência social, mas também é a principal maneira de promover socialização, devido à rede de contatos que se estabelece a partir das relações de trabalho<sup>1</sup>.

Em uma sociedade que vive do trabalho, as questões inerentes a esse tema e os impasses que se apresentam entre capital e trabalho estão diariamente no centro das preocupações da sociedade, uma vez que qualquer mudança nas estruturas do mundo do trabalho interfere no modo de vida de milhões de pessoas. Na sociologia crítica do trabalho, Marx mostra que o trabalho sempre esteve presente como um fator importante de estruturação das sociedades e revela o quanto é histórica a sujeição da força de trabalho pelo capital. A proteção do trabalhador sempre foi frágil e, por muito tempo, dependeu exclusivamente da existência de um vínculo efetivo entre empregado e empregador. A experiência de uma situação mais favorável para o trabalhador, no Ocidente, surgiu com a criação do Estado Social, o qual representou uma reação ao antigo Estado Liberal, em busca do equilíbrio de forças entre capital e trabalho. Esse equilíbrio se tornou possível em virtude da diretriz que motivou a formação do Estado Social e orientou a sua atuação na sociedade – a promoção de inclusão – para que pudessem ser diminuídas as desigualdades sociais. Precisamente por isso, nesse período, várias das reivindicações da classe

---

<sup>1</sup> Intelectual reconhecido internacionalmente, que estuda o mundo do trabalho e levantou a polêmica em torno da centralidade do trabalho, a partir das mudanças que ocorreram depois da crise do Estado Social. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.21.

trabalhadora foram incorporadas ao ordenamento jurídico, garantindo uma série de proteções que asseguravam um tratamento mais justo para com o trabalhador.

Mesmo que a sociedade brasileira sempre enfrentasse um grande nível de desigualdade, a filosofia de ação do Estado Social estimulou que fosse alimentado no imaginário coletivo um discurso de estabilidade e segurança quanto ao mundo do trabalho. A crise desse modelo de Estado trouxe desestruturação para a antiga divisão social do trabalho e provocou na sociedade uma perda dramática de referenciais e muita incerteza com relação ao futuro<sup>2</sup>. O desemprego aumentou, há um crescimento do trabalho informal na sociedade, o qual está excluído das garantias e dos benefícios destinados apenas ao mundo oficial. Os postos de trabalho, que nunca foram suficientes, agora representam um número ainda menor e é crescente a parcela da população que não possui formação profissional adequada, que está fora do mundo do trabalho, ou que não encontra uma possibilidade de recolocação no mercado.

A teoria social tem se debruçado de forma exaustiva sobre os novos problemas e o futuro do mundo do trabalho. No entanto, preocupa-nos como esses impasses sobre o trabalho são vistos pelo mundo da arte. Em um momento em que não se admite falar em engajamento da arte, uma vez que a instrumentalização da arte pela política retira a sua autonomia, enfraquecendo o seu papel na sociedade, como a literatura pode criticar a atual situação que envolve o mundo do trabalho sem comprometer o seu status de arte? No entanto, reconhecer a autonomia da arte significa que resta à literatura, na contemporaneidade, produzir simplesmente arte pela arte, hermética à realidade social, rendendo-se também aos argumentos dos que defendem ser impossível a representação literária em virtude de uma inteligibilidade da história?

A linguagem literária, como forma de apreensão da realidade, ainda é capaz de humanizar a percepção do ser-humano, rompendo a barreira construída pela naturalização dos problemas sociais? Nesse caso, qual o discurso que a literatura brasileira produziu a partir das crises que mudaram as relações de trabalho no país? A nossa hipótese é a de que o registro literário produzido pelo escritor Luiz Ruffato representa uma mudança paradigmática na literatura com relação ao tema do trabalho, iluminando por meio da

---

<sup>2</sup> Hobsbawm, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 277.

linguagem da arte a situação de crescente exclusão que ocorre na sociedade contemporânea.

A pesquisa que se propõe neste trabalho é examinar como a literatura pode tematizar criticamente as mudanças do paradigma do trabalho, sem no entanto deixar de cumprir o seu papel enquanto expressão da arte. Nesse caso, para estabelecer uma relação entre literatura e teoria social, consideramos importante relacionar estas duas áreas distintas do conhecimento humano, reconhecendo a autonomia que cada uma delas tem ao descrever a realidade social na sua própria linguagem. Em virtude disso, a aproximação entre elas será feita a partir da compreensão desenvolvida por Niklas Luhmann<sup>3</sup> sobre a teoria dos sistemas, que permite uma descrição dos sistemas sociais do ponto de vista de quem realiza uma observação externa em relação aos próprios sistemas, perspectiva elaborada para preservar-lhes a autonomia.

Como a noção de trabalho possui um carácter contingencial, faz parte da tarefa que nos propusemos analisar os vários sentidos que o trabalho pode assumir na sociedade, e por isso a compreensão sobre a construção social dos sentidos se baseia em uma exposição feita em torno dos conceitos trabalhados por Cornélius Castoriadis<sup>4</sup>. Também foi necessário examinar as mudanças de valores que ocorrem na sociedade, comparando períodos históricos diferentes, assim como textos literários produzidos em cada um desses períodos. Nesse caso, na discussão sobre a questão dos paradigmas em Thomas Khun, encontramos orientação para compreender em todas as áreas do conhecimento o que significam as mudanças paradigmáticas e como elas ocorrem. O conceito desenvolvido por Kuhn vai nos permitir analisar na teoria social as diferenças de conceitos pré-determinados sobre o trabalho entre o Estado Social e o atual Estado Democrático de Direito<sup>5</sup>. O estudo sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, nesses dois períodos distintos, baseou-se nas descrições realizadas principalmente por Ricardo Antunes, André Gorz, Isteván Mészáros, Hobsbawm, como também Niklas Luhmann.

---

<sup>3</sup> “Sobre os fundamentos teórico-sistêmicos da Teoria da sociedade” In: *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*, 1997.

<sup>4</sup> *Sujeito e verdade no mundo social histórico: Seminários 1986-1987: a criação humana I*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2007.

<sup>5</sup> Estado Democrático de Direito é um conceito constitucional que denomina o modelo de estado que sucedeu o Estado Social, cuja descrição foi estabelecida em Habermas e se encontra no texto *Constitutional Democracy: A Paradoxical Union of Contradictory*, *Political Theory*, vol. 29, Nº 6. 2001, pp. 778-780.

A fim de examinar como os valores do trabalho que marcaram esses dois períodos foram apreendidos pela literatura ficcional urbana, a análise dos textos literários será feita a partir de dois autores paradigmáticos - Carlos Drummond de Andrade e Luiz Ruffato. Algumas das crônicas escritas por Drummond nas décadas de 50/60, para o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, que estão contidas nos livros *A bolsa e a vida* e *Cadeira de balanço*<sup>6</sup> serão objetos de estudo desta pesquisa no que tange aos valores produzidos pelo Estado Social. E, para analisar os paradigmas contemporâneos do trabalho, foram selecionados contos/fragmentos da obra *Eles eram muitos cavalos* (2000) de Luiz Ruffato<sup>7</sup>, tendo em vista que esse escritor é um dos poucos autores da atualidade, talvez o único, que opera de maneira habilidosa em seus textos os problemas relativos ao trabalho na atualidade.

Para orientar a análise dos textos literários de Drummond e Ruffato sob o ponto de vista do trabalho, entre dois períodos históricos diferentes, consideramos que a teoria construída por Mikhail Bakhtin apresenta o marco teórico mais adequado da crítica literária, tendo em vista a percepção dialógica que esse escritor possui da atividade literária. Tal perspectiva encontra-se explicitada ao longo de várias de suas obras, mas basicamente em *Questões de literatura e estética*, onde Bakhtin destaca o papel dos fatores sociais na literatura como fundamental na análise da produção literária, defendendo a necessidade de situar a obra de arte no contexto socioeconômico e histórico, sem desconsiderar, no entanto, a dimensão estética da arte<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> *Carlos Drummond de Andrade: poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992. Da obra de Drummond, “Caso do almoço”, “Luzia” e “Debaixo da ponte” são as crônicas selecionadas para análise.

<sup>7</sup> São Paulo: Boitempo, 2005.

<sup>8</sup> *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.

## Capítulo 1 - O trabalho como uma experiência ressignificada no tempo

A modernidade revela que o sentido do trabalho é contingente. Se considerarmos apenas os últimos cem anos, podemos verificar que a sociedade pós-industrial no Ocidente passou pela experiência de pelo menos quatro modelos diferentes de organização social do trabalho e cada um deles produziu uma percepção particular de significação quanto a esse conceito e quanto ao seu lugar na sociedade. De outro modo, quando avaliamos na contemporaneidade culturas e estruturas sociais distintas, percebemos não apenas a existência de comunidades cujos organismos não se enquadram no modelo capitalista de divisão do trabalho, como também identificamos que o conceito de trabalho apresenta outros valores.

Na Antigüidade, por exemplo, ainda que as sociedades agrárias representassem o modelo mais comum, a literatura grega faz referência a organizações sociais, como a dos fenícios, que se dedicavam prioritariamente ao trabalho no comércio<sup>9</sup>, atividade que desvincula a fonte de riqueza da propriedade da terra; no entanto, desenvolver uma atividade que fugia aos costumes de uma sociedade agrícola gerava bastante desconfiança e significava precisar conviver com a concepção de que esse tipo de trabalho era pouco respeitável e sem prestígio social. De acordo com os escritos de Aristóteles sobre a cultura grega, em uma sociedade fundamentalmente agrária, a noção de trabalho que era realizado para a manutenção da vida possuía um valor excludente; era considerado indigno porque servia apenas para atender as necessidades mais básicas do ser-humano<sup>10</sup>. Nem o trabalho do artesão, e muito menos o do comerciante, eram percebidos de forma positiva, uma vez que, segundo a perspectiva da época, essas atividades não tinham como objetivo final trazer benefício à esfera pública, ao contrário, destinavam-se a cumprir interesses pessoais. Ser homem livre, com status de cidadão, estar inserido socialmente, significava não estar submetido às necessidades físicas, e o trabalho de um homem da pólis só se justificava se servisse para a manutenção ou ampliação da sua liberdade. O seu tempo deveria ser prioritamente dedicado às reflexões que visassem à elevação do espírito e aos interesses políticos.

---

<sup>9</sup> Migeotte, Léopold. “Os filósofos gregos e o trabalho na Antigüidade”. In: *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.17.

<sup>10</sup> *Política*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1969, pp. 111-146.

Em uma sociedade que vivia do comércio, como a dos fenícios, certamente o valor de trabalho é percebido de modo diferente quando comparado com o significado que lhe é atribuído pela cultura grega. No mundo ocidental, essa concepção de trabalho considerado excludente, que torna o ser-humano desprezível aos olhos da sociedade, manteve-se presente e coexistiu com outras significações. A constatação de que há diferentes valorações indica que o sentido de trabalho é submetido a um processo hermenêutico de ressignificação que pode ser compreendido a partir da noção kuhniana de paradigma.

Thomas Kuhn, influenciado pela *virada hermenêutica* que Hans-George Gadamer empreendeu acerca da historicidade da experiência humana, produz uma obra que muda a percepção do significado das revoluções científicas, cujo fundamento reside no conceito de paradigma<sup>11</sup>. De acordo com a explicação apresentada por Kuhn, paradigmas são os valores de uma comunidade específica, os quais foram submetidos a uma grade seletiva para a construção de uma identidade teórica. Por intermédio dos paradigmas, um núcleo social aprende a ver de uma determinada perspectiva e, como medida de preservação da unidade de pensamento, esse grupo estabelece a reprodução da mesma visão para todos os que passarem a integrá-lo. Mas ressalta Kuhn que esse processo de inserção traz como resultado, acima de tudo, a produção de cientistas e não de ciência.

A partir do conceito de paradigma, a história do desenvolvimento científico pode ser explicada como um processo que se dá por meio de rupturas, o que permite compreender por que motivo não há um crescimento progressivo de teorias que se anulam sucessivamente. Durante o processo de construção em torno de uma unidade teórica, os pré-conceitos que fazem parte da formação dos membros dessa comunidade científica produzem um senso comum teórico que facilmente viabiliza uma larga experiência de comunicação entre o grupo. Falar uma mesma linguagem torna-se uma tarefa possível, precisamente porque todos desenvolvem uma prática baseada em concordâncias que conformam um pano de fundo de silêncio que molda seus pensamentos e os comportamentos.

No entanto, também faz parte desse processo haver um desgaste das respostas até então empregadas. Kuhn explica que as visões de mundo já estabelecidas terminam perdendo o seu poder explicativo e se esgotam porque perdem credibilidade, o que acaba

---

<sup>11</sup> *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva. 1995, pp. 217-232.

provocando o que o autor chama de *crise paradigmática*. Essas crises começam na periferia dos sistemas teóricos até chegarem ao centro e promoverem uma ruptura. Nesse caso, a evolução das idéias não se dá de forma linear, mas é preciso considerar que os modelos explicativos são distintos uns dos outros, não há melhora ou piora, mas são frutos de visões diferentes. Isso não significa que as experiências de gerações anteriores sejam descartadas, mas apenas passam a ser lidas sob uma outra óptica.

A Arte tem sido a linguagem mais sensível para perceber não apenas os momentos de crise da teoria, mas também os primeiros movimentos de insatisfação em relação a paradigmas pré-estabelecidos, porque possui uma capacidade intrínseca de apreender as pequenas mudanças que ocorrem na periferia do discurso social e que são marginais aos valores acolhidos pela tradição.

Um exemplo marcante no mundo ocidental da capacidade de percepção da Arte com relação à mudança paradigmática ocorreu no início da modernidade, no século XVI, período em que se delimitava a transição entre o Velho Mundo e o Novo, momento em que os intelectuais italianos questionavam a atuação dos soberanos e colocaram em discussão as funções do Estado<sup>12</sup>. A Igreja e a nobreza perdiam espaço de influência na sociedade, a burguesia ascendia rapidamente na escala social, o Renascimento rompia com os valores da era cristã medieval, trazendo o próprio homem para o centro da reflexão sobre a existência, forjando a noção de indivíduo, em busca de uma consciência de dignidade humana que estivesse além das fronteiras da religião. Essa mudança de foco termina denunciando que o tempo não era mais de Deus, mas agora o homem ocupava a posição de centralidade na organização social.

Além disso, acontecem alterações nas relações econômicas, pois a moeda deixa de ser meio de troca e passa a ser um fim em si mesmo, fator que marca a transição do período manufatureiro para o capital comercial. O artista muda de status, emancipa-se do artesão, o nome do pintor passa a figurar em suas obras e ele adota uma abordagem de mundo semelhante à dos cientistas em relação aos elementos técnicos que envolvem o seu trabalho, desenvolvendo a prática da pesquisa de materiais, e vivencia um período muito rico em novas experiências na arte a partir de inovações técnicas<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Helfferich, Christoph. *História da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.38.

<sup>13</sup> Suckale, R et Baur, E. “Do gótico ao Neo-classicismo”. In: *Obras-primas da pintura ocidental: uma história da arte em novecentos estudos*. Köln: TASCHEN, 2002, p. 200.

O significado social de trabalho sofre uma transformação com a ascensão da burguesia porque, como a sua riqueza acumulada advém do trabalho, a mentalidade que a rege se baseia no fato de que se o homem trabalha, então é merecedor do que possui. A partir da noção de indivíduo ocorre uma mudança muito importante nas relações sociais, tendo em vista que essa noção fundamenta o direito do ser-humano à igualdade e à liberdade e, com a autonomia que passa a ter o homem burguês, ele é no mínimo dono de si mesmo, o que lhe permite estabelecer contratos sociais e não ser mais considerado propriedade de outrem. A mudança de paradigmas referentes aos valores do homem como sujeito, da burguesia e do trabalho foi expressa pela arte em geral. Na pintura, um exemplo dessa mudança é o quadro a óleo de Quentin Massys, *O prestamista e sua esposa* (1513), cujos elementos constitutivos denunciam o momento de ruptura de valores que marca a entrada na modernidade.



Ao contrário de representar a nobreza ou temas sacros, o quadro em análise revela os novos paradigmas que estavam sendo construídos nesse período histórico, uma vez que introduz a burguesia como tema, a partir da representação de uma atividade vinculada ao universo comercial, atribuindo à profissão uma posição de distinção e respeito. Quando se

observa a expressão das personagens, enquanto executam a atividade de contabilizar os bens, verifica-se que elas transparecem tranqüilidade, e pode-se perceber até mesmo certa indiferença. Essa imagem representa um rompimento com o pensamento tradicional no mundo ocidental, uma vez que o ponto de vista da tradição tratava com descrédito e desconfiança a pessoa do comerciante, mesmo reconhecendo a importância da atividade comercial para a comunidade.

Retratar a tranqüilidade da burguesia durante a aferição de lucros denuncia uma mudança social de valores, contraria o discurso religioso que recrimina qualquer vinculação ao dinheiro e ao lucro, numa clara demonstração de que o homem ocupa agora uma posição de destaque e, além disso, revela uma crença na racionalidade humana, uma vez que remete para uma das atividades mais pragmáticas do universo do ser-humano.

Voltando ao quadro, observa-se que a iluminação destaca os objetos ao redor do casal como se tivessem vida própria. É significativo que o elemento sobre o qual incide mais luz seja o livro nas mãos da mulher, como uma referência à importância do conhecimento. À beira da mesa, há um espelho convexo que reflete o mundo externo como se fosse um pequeno portal, dentro do qual está inserida a representação do próprio pintor, lembrando o recurso utilizado por Jan van Eyck no quadro *Retrato de casamento* (1434), que se tornou um símbolo da mudança de filosofia dos artistas em relação à sua profissão.

A opção pela obra artística *O prestamista e sua esposa* para exemplificar, por meio da linguagem da arte, os reflexos de uma crise paradigmática vivida no período do Renascimento, encontra fundamento no fato de ser um exemplo típico de um processo que se inicia com a modernidade, que é a autonomia da arte. Em virtude dessa autonomia, a arte deixa de cumprir uma função pedagógica ou institucional e se encontra liberada para representar um comerciante acompanhado de sua mulher, exercendo uma atividade mundana como contar dinheiro, imagem que termina revelando uma transformação em direção a mais dignidade e respeitabilidade quanto ao significado social de trabalho na sociedade.

Nessa perspectiva, o sentido de trabalho na história ocidental ganha contornos diferentes à medida que a sociedade vivencia períodos de transição marcados por rupturas filosóficas, políticas e econômicas, os quais terminam alterando o código de conduta

social em função da valorização de novos paradigmas. O conhecimento sobre a existência dessas diferentes significações para o conceito de trabalho traz uma consciência crítica quanto à experiência paradigmática do trabalho vivida atualmente pela sociedade. O sentido do que é trabalho e de qual é a sua importância dentro da organização social, conforme a compreensão da sociedade em que vivemos é, fundamentalmente, uma percepção bastante particular ao nosso tempo e à nossa cultura. Trata-se, portanto, de valores construídos pelo tipo de sociedade que experienciamos. Esse fato, somado às outras formas de entender o trabalho, ensina-nos que cada perspectiva valorativa reflete, na verdade, um modo diferente de ler o mundo.

Mesmo com o surgimento de um outro paradigma acerca do sentido de trabalho no início da modernidade, a partir dos ideais que fomentaram o Renascimento, da ascensão e valorização da burguesia, quando comerciantes e artesãos passaram paulatinamente a ter a sua atividade ressignificada e encontraram espaço para a inserção social, ainda assim o trabalho como força produtiva vai continuar sendo uma atividade com valor sociocultural negativo, desenvolvido por servos ou trabalhadores de jornada durante o final da Idade Média, até que houvesse uma mudança radical quanto ao significado social do trabalho, o que ocorre a partir do movimento para reforma dos paradigmas da igreja, no século XVI, na Europa.

Esse movimento resultou em rupturas ideológicas e também políticas, que terminaram dando origem ao Protestantismo, cuja ética influenciou a formação do significado social de trabalho conforme o conhecemos hoje<sup>14</sup>. Os valores instituídos a partir da Reforma protestante transformaram as estruturas sociais da época, mas o fator que mais inspirou o surgimento de um novo paradigma de trabalho foi a adoção, pelo cristão protestante, de uma nova forma de viver o cristianismo, seguindo o princípio de que a vida do homem como um todo deveria ser dedicada a Deus. O cristão era estimulado a ter um comportamento na sua vida diária que fosse irrepreensível, e conseqüentemente ele deveria reconhecer o trabalho secular, seja ele qual fosse, como uma maneira de servir a Deus, orientação que o fazia rejeitar a conduta ociosa. Essa filosofia de vida terminou atribuindo um enorme sentido de dignidade ao trabalho humano, e mudou radicalmente a perspectiva do trabalhador sobre a sua atividade.

---

<sup>14</sup> Weber, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 27.

O conceito de trabalho construído pelo movimento protestante serviu de fundamento para o que hoje assumimos culturalmente no Ocidente como significado de trabalho. Mais do que em qualquer outra época, as questões sobre o trabalho ocupam, na sociedade contemporânea, uma posição central na vida do indivíduo. Quando comparados com as sociedades que nos precederam, a teoria social identifica, a partir do modelo industrial de sociedade, que a principal característica que nos diferencia é o fato de sermos uma “sociedade de trabalhadores”. Trabalho, na concepção atual, é entendido principalmente como profissão. Ele detém em seu significado um caráter inclusivo, representa uma atividade remunerada, solicitada, e por isso agrega valor de utilidade e traz reconhecimento social.

O fato de o trabalho ser socialmente remunerado permite que o ser-humano esteja inserido na esfera pública de uma maneira privilegiada, alcance identidade e existência social e desenvolva uma rede de contatos que promove uma socialização bastante intensa<sup>15</sup>. Esse modo de a sociedade compreender o trabalho faz com que, diariamente, nos meios de comunicação e nas relações sociais, as questões referentes ao mundo do trabalho, pelos mais diferentes motivos, sejam objeto de reflexão e de preocupação e se apresentem como grandes desafios pessoais e sociais a ainda serem superados: fala-se sobre ausência de postos de trabalho, falta de qualificação dos que se candidatam às vagas criadas pelo mercado, excesso de trabalho, condições de trabalho, negociações salariais, realização profissional, jornada de trabalho, vínculo empregatício, trabalho autônomo, o surgimento de novas carreiras e o desaparecimento de outras, e mais tantas outras questões que pertencem a esse universo e que causam inquietação. O fato é que, na sociedade contemporânea, vive-se num momento em que o trabalho foi elevado a uma posição de status e tem tanta importância na vida do ser-humano a ponto de dar sentido a ela.

O significado social de trabalho tem encontrado novas fronteiras nas últimas décadas, a partir das transformações econômicas que ocorreram com o fim do Estado Social. As regras do mundo do trabalho continuam mudando conforme o processo descrito por Khun, mediante o desgaste e o esvaziamento de sentido em relação a algumas práticas que eram tradicionais nos organismos sociais. A questão do trabalho na menoridade é uma experiência bem recente na história do trabalho da sociedade brasileira e que se constitui

---

<sup>15</sup> Gorz, A. *op.cit.*, p.21.

em um exemplo acerca do quanto é dinâmico o processo de construção de novos paradigmas. Há cerca de quarenta anos, era muito comum que famílias melhor estabelecidas financeiramente acolhessem em sua casa crianças do interior do país, quase adolescentes, filhos de conhecidos ou não, para que tivessem oportunidade de acesso à escola, fossem educados pela família e em troca lhes era atribuído como tarefa ajudar no serviço da casa. Em momento algum, essa atividade era considerada como trabalho de fato. Hoje, depois de a sociedade debater acerca das necessidades e direitos do menor, essa prática já não é mais admitida socialmente, uma vez que esse tipo de atividade foi incorporado ao campo semântico de trabalho, e portanto precisa ser remunerado, e limites contratuais têm de ser estabelecidos. A formalização dessa mudança encontra-se descrita em texto constitucional<sup>16</sup>, o qual determina que é permitido ao adolescente o ingresso no mercado de trabalho apenas a partir de 16 anos. Novos paradigmas do trabalho na sociedade brasileira surgiram ao longo desse tempo em virtude das demandas sociais, mas importa atentar para a idéia de processo contínuo quando refletimos sobre mudanças paradigmáticas.

Ao abordar os sentidos do trabalho na sociedade atual, é necessário considerar os significados desenvolvidos pela teoria marxista sobre essa categoria social, uma vez que as discussões realizadas acerca das transformações no mundo do trabalho, ocorridas no último século, partem fundamentalmente das idéias descritas na obra de Marx. Em sua teoria, observamos o conceito de trabalho ser empregado conforme a observação de dois estágios sociais distintos. Em um primeiro momento, trabalho significa a atividade produtiva fundamental à conservação da existência humana, cuja finalidade básica é preservar a vida individual e da sociedade; depois, com o advento do sistema capitalista, as relações sociais são profundamente modificadas. Ocorre uma divisão nos processos de trabalho para atender à expansão do próprio capitalismo, momento em que o trabalho passa a significar a base de toda alienação e reificação do ser-humano. É exatamente essa última perspectiva que vai servir de foco para análise comparativa dos textos literários propostos nessa pesquisa, que busca sinais de uma mudança no próprio discurso literário em relação ao agravamento dessa situação de reificação.

---

<sup>16</sup> *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. art 7º, XXXIII, São Paulo: Saraiva, 2007.

Hoje, parte dos problemas do mundo do trabalho envolve ter que lidar com uma grande exclusão porque, segundo os analistas, o emprego vem diminuindo. Um contingente enorme de pessoas que não se encontra qualificada para suprir a grande demanda de postos no setor de tecnologia da informação, tendo em vista a exigência de formação profissional adequada. Por outro lado, há poucos postos para o serviço mecânico nos moldes do fordismo<sup>17</sup>, o qual não exige um alto nível de especialização.

Segundo o sociólogo Ricardo Antunes, nas quatro últimas décadas ocorreram mudanças políticas e econômicas que resultaram numa revolução na estrutura do mundo do trabalho concebido no início do século passado<sup>18</sup>. A partir, principalmente, da década de 20, o sistema produtivo na indústria e o processo de trabalho dominante fundamentavam-se na produção em massa de mercadorias. No mundo desenvolvido, o parque industrial absorvia todo o excedente de mão-de-obra, mas a produção estava estruturada com base em uma distribuição de trabalho fragmentada e hierárquica, a fim de melhor atender os objetivos estabelecidos pela racionalização da produção.

Essa fragmentação acabou se tornando o modelo básico, inclusive na estruturação do setor de serviços e o trabalhador submetido a esse regime é descrito por Antunes como trabalhador-massa. Essa designação é empregada porque no fordismo o trabalhador representa apenas mais um mecanismo no processo de produção, tornando-o alienado do processo produtivo uma vez que o trabalho não requer nenhum envolvimento intelectual ou criativo, mas demanda apenas a força de trabalho. No entanto, esse modelo, caracterizado pela rigidez, sustenta-se, durante as décadas seguintes, em torno de uma idéia criada junto com o próprio Estado Social quanto a um compromisso entre capital, trabalho e Estado, sendo este último o mediador entre os dois primeiros.

No final da década de 60, esse paradigma de estruturação do trabalho encontra-se desgastado e acaba se tornando insatisfatório tanto para empregados como para empregadores. O modelo que substituiu o anterior incorporou grandes avanços tecnológicos aos meios de produção, o que gerou demissões em massa e desestruturou com aquele “compromisso” estabelecido com o início do Estado Social. Em todo o mundo capitalista houve uma reorganização nos processos de produção baseada no conceito de

<sup>17</sup> Esse termo foi cunhado para designar a linha de produção em massa, modelo de produção criado pelo americano Henry Ford, fundador da Ford.

<sup>18</sup> *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.29.

flexibilidade, tanto em relação à acumulação de capital, quanto aos contratos de trabalho e às funções exercidas pelo trabalhador. O perfil adequado para ocupar os postos de trabalho depois dessas mudanças tinha características diferentes, exigia uma formação profissional especializada e um modo distinto de pensar o trabalho e de reagir diante da contingência e a maior parte dos trabalhadores foi dispensada por não se enquadrar nas novas exigências. O trabalhador agora precisa ser qualificado, polivalente e participativo, requisitos que estão em consonância com a idéia de especialização flexível.

Se por um lado essa nova forma de pensar o trabalho pode atender à necessidade do trabalhador de participar dos processos de produção de modo mais completo; por outro lado, a incorporação da tecnologia, ainda que estimule a qualificação dos trabalhadores, ejeta dos parques industriais um enorme contingente de pessoas que encontra oportunidade de trabalho apenas em subempregos, e acaba acentuando a exploração daqueles que ainda permanecem empregados, uma vez que há uma sobrecarga de funções.

Esse novo paradigma de organização do trabalho ampliou o significado de trabalhador e trouxe mais complexidade aos desafios a que são expostas as pessoas que sobrevivem de salário. Podemos verificar que, quando Marx usa o termo trabalhador, na maior parte das vezes, refere-se a uma classe constituída por um proletariado industrial, para indicar aqueles que produzem mais-valia e que estão ligados diretamente ao processo de valorização do capital. Ricardo Antunes observa que o próprio fato de ter ocorrido uma ampliação do conceito de trabalhador nos permite compreender as modificações que o mundo do trabalho vem sofrendo, uma vez que novas categorias passaram a integrar essa classe. Trabalhador atualmente representa todos aqueles que sobrevivem de trabalho, mesmo que não esteja inserido no mundo formalizado: os trabalhadores do setor de serviços, o proletariado industrial, o proletariado rural, os precarizados, o subproletariado do *part time*, os terceirizados, os da economia informal, mas também os desempregados do processo produtivo.

A teoria marxista representou um divisor de águas na forma de compreender a dinâmica dos processos sociais. Mézaros explica que, antes de Marx, os problemas decorrentes da vida social, principalmente a desigualdade, a injustiça, a questão da alienação do ser-humano, eram compreendidos a partir de uma perspectiva imanente, fora

da esfera de ação humana<sup>19</sup>. Quando se desenvolve uma análise da sociedade de acordo com esse parâmetro, ao ter que lidar com as questões referentes à desigualdade produzida em meio às relações sociais, geralmente, vão surgir alternativas e explicações no âmbito da abstração, em que a sociedade é compreendida como uma estrutura, cujas funções são predeterminadas pela natureza ou, dependendo da particularidade cultural de cada comunidade, arbitradas por uma entidade divina que detém o poder de solucionar as distorções sociais.

Para Aristóteles, por exemplo, a questão da escravidão, assim como a da liberdade, estava em conformidade com as leis da natureza<sup>20</sup>. Em culturas religiosas de sociedades antigas como a grega, ou como os islamitas e os judeus, esses problemas sociais fazem parte da dispensação divina, eles eram descritos teologicamente, como se teologia e história fossem semelhantes; se, por outro lado, a sociedade construísse o seu fundamento em torno de figuras heróicas, o problema da igualdade seria abordado conforme uma visão mitificada, como acontece com a sociedade grega. Mézaros observa que essa mesma linha de compreensão apareceu nas reflexões de vários filósofos que se detiveram em explicar as razões da alienação do homem, como Hegel, Diderot e Feuerbach, na medida em que, mesmo tendo reconhecido e descrito o problema da desigualdade na sociedade, a conclusão a que chegavam era baseada na moral ou no mundo natural. O filósofo Diderot, por exemplo, percebe a origem do problema da alienação, mas apresenta uma solução baseada na limitação “natural” das necessidades.

Nessa linha de raciocínio, compreender a diferença que representa o pensamento de Karl Marx torna-se importante na medida em que ele modifica a perspectiva da crítica social até então produzida, desenvolve uma abordagem dos problemas sociais mediante uma ótica material, atitude que permite inseri-los em uma dimensão temporal, dando a eles historicidade: a desigualdade decorrente do desenvolvimento humano nas sociedades passa a ser tratada a partir das questões do trabalho e do conceito de alienação. Com a teoria marxista, a concepção da organização da sociedade deixa de ser percebida, conforme esclarece Mézaros, sob um ponto de vista a-histórico, o qual encontra apoio em narrativas marcadas por uma perspectiva mitificada, fundamentadas em discursos desenvolvidos internamente pela sociedade, que tendem a explicar o processo de

---

<sup>19</sup> *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.43.

<sup>20</sup> *Op. cit.*, pp. 35-74.

reprodução das diferenças sociais como sendo parte de um mecanismo natural da existência.

Portanto, depois de Marx, uma vez que as distorções decorrentes das relações sociais e suas conseqüências encontram referência num fator tangível, abre-se o caminho para pensar que os problemas criados pelas instituições humanas não têm a sua origem em fatores extra-sociais e por isso não podem ser considerados permanentes e imutáveis. Mas a possibilidade de solução desses problemas se encontra diante de uma mudança de atitude dos sujeitos na sociedade. Essa compreensão, aliada ao conceito de trabalho, permitiu que Marx identificasse, ao longo da história, um movimento social específico de trabalhadores que, na tentativa de atender as suas necessidades imediatas, não consegue superar em momento algum a barreira da alienação. As limitações que envolvem essa classe social foram identificadas por Marx como um problema que não se prende a culturas e que ultrapassa gerações. Segundo essa percepção, ele termina por afirmar que “toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem”<sup>21</sup>. Essa afirmação revela que Marx historiciza o problema da desigualdade, mas lê a história do mundo exclusivamente a partir de uma filosofia da história do trabalho.

Quando se examina o desenvolvimento das comunidades ao longo da história das civilizações, ou mesmo se avaliarmos os diferentes modelos de sociedade que co-existem na contemporaneidade, é possível identificar claramente o quanto o trabalho é um componente fundamental na estruturação da vida social. Mesmo que se considere o modelo de organização social mais primitivo, não há como o trabalho deixar de assumir uma posição de destaque na forma como são estruturadas as sociedades porque, conforme a observação de Marx, a maneira como a existência humana se desenvolve é inconcebível, sem que haja transformação da natureza diante da atividade produtiva a que ele a submete<sup>22</sup>. No intercâmbio que se dá entre o homem e a natureza, inicialmente por uma questão até mesmo de sobrevivência, o ser-humano precisa se apropriar dos elementos naturais para atender as suas necessidades e essa condição não apenas é partilhada por todos, como também é comum a todas as formas de organização social. Constitui-se,

---

<sup>21</sup> *Manuscritos econômico-filosóficos*. Disponível em <<http://www.domínipúblico.gov.br>> Acesso em 23 abril 2007, p.114.

<sup>22</sup> *O capital*, Parte III, capítulo VII. Disponível em <<http://www.domínipúblico.gov.br>> Acesso em 23 abril 2007.

portanto, numa função genuinamente humana providenciar as condições necessárias para a sua própria existência dentro da comunidade, mas essa prática se desenvolve num processo dinâmico e se realimenta tornando a estrutura social cada vez mais complexa.

Temos, assim, uma primeira noção de trabalho, provavelmente baseada no estudo da organização funcional de sociedades primitivas, quando considerada a interação entre o homem e a natureza apenas com o objetivo de suprir as necessidades imediatas da existência humana. As atividades necessárias à subsistência da comunidade aparecem apenas como uma ação secundária, complementar ao trabalho da natureza, na medida em que o homem apenas usufrui os recursos que esta lhe disponibiliza. Em grupos sociais que funcionam de acordo com esse paradigma, segundo Marx, hierarquias de dominação e subordinação são desnecessárias no que se refere ao trabalho porque esses sistemas possuem uma divisão de trabalho natural, regulada exclusivamente pela necessidade e pelo valor de uso. O cultivo da terra em larga escala transforma o paradigma da agricultura de subsistência, uma vez que se inicia um modelo social e de divisão do trabalho distinto do que acontecia nas sociedades primitivas. Essa mudança de estrutura de trabalho permite que sejam criadas as condições para o desenvolvimento de valores que levam à formação de uma casta trabalhadora e outra ociosa, assim como a criação dos conceitos de propriedade e excedente de produção, os quais servem de justificativa para haver disputa da terra.

Mais uma vez, o sentido de trabalho adquire uma perspectiva diferente quando o modelo a ser considerado é uma sociedade estruturada com base no capital. O principal pressuposto para que esse tipo de “metabolismo” social se constitua e se reproduza é que o valor de uso dos bens produzidos fique subordinado ao valor de troca. Como consequência à adoção desse princípio, ocorre uma mudança no modelo de organização e divisão do trabalho anteriormente descrito. A nova configuração termina por colocar o trabalho numa posição hierarquicamente inferior, subordinação necessária para que possam ser satisfeitas as exigências do capital, que busca expandir continuamente os seus recursos a partir da própria expansão do valor de troca<sup>23</sup>. Marx observa que o problema fundamental é que esse modelo de sociedade encerra uma lógica destrutiva, uma vez que o capital, para se reproduzir, traz como desdobramento muita exclusão social.

---

<sup>23</sup> Mézaros, Isteván. *Para além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002, p.523.

Retornando à teoria dos paradigmas de Kuhn, vimos que a noção de trabalho não mantém um significado constante ao longo do tempo, nem permanece sendo a mesma para as diferentes sociedades. Ela varia conforme o espaço e o tempo, uma vez que cada organismo social estabelece as suas próprias regras de funcionamento baseadas em uma rede de significações que determinam internamente os comportamentos, num processo que acaba desenvolvendo uma dinâmica de alteridade.

Nessa mesma perspectiva, Cornelius Castoriadis, num estudo acerca da construção da verdade e do sujeito no mundo social-histórico, chama a atenção para o fato de que os sentidos em geral são estabelecidos a partir do imaginário da sociedade, construídos dentro de um processo dinâmico, no qual a comunidade seleciona quais serão os fundamentos que servirão para organizar as suas relações sociais<sup>24</sup>. O autor explica que, na base das instituições que compõem a sociedade, verifica-se um campo de criação que constrói os sentidos sobre todos os aspectos necessários à conformação de uma cultura. Esses sentidos estão presentes nas histórias que são contadas, e não apenas moldam a sociedade, como também são modelados por ela – de forma que os membros da comunidade incorporam uma narrativa, dão continuidade a ela, constroem uma tradição, uma memória que tem por função conectar o passado com o presente.

No entanto, não se deve contar com a perpetuação dos mesmos fundamentos, porque dentro daquele processo novos significados surgem na periferia das organizações sociais e forçam a substituição dos antigos. Essa mudança paradigmática ocorre na medida em que as pessoas questionam em suas práticas os porquês quanto aos limites das significações já consagradas no discurso e no comportamento da comunidade, até que eles se tornem desgastados ou até mesmo que sejam destruídos.

É verdade que a velocidade com que isso ocorre depende da própria estrutura da sociedade, e há que se perceber que, em determinados sistemas, esse processo descrito se dá de forma bastante lenta. Esse é o caso das comunidades arcaicas, sobre as quais Castoriadis explica que a lentidão com que ocorrem as mudanças paradigmáticas se dá em

---

<sup>24</sup> Este trabalho assume que as sociedades são formadas a partir de um discurso que organiza tanto as relações sociais quanto a percepção que cada ser-humano tem de si mesmo dentro do seu universo social. Essa forma de entender a sociedade é uma questão tradicionalmente discutida na filosofia, que remonta a um diálogo de Hegel ao tratar as formulações de Platão acerca do significado do real. Ainda que esse trabalho aborde a construção da significação, consideramos que a discussão filosófica em torno do real é secundária em relação ao objeto de estudo em questão.

virtude da percepção que essas comunidades têm da dimensão temporal, uma vez que elas são regidas por “uma forte dimensão diacrônica de criação, de auto-criação e de auto-alteração”<sup>25</sup>, o que facilita a perpetuação dos significados nos discursos.

A categoria *construção dos sentidos* é um instrumento teórico que esclarece as diferenças entre os modelos de sociedade e como ocorrem as mudanças de significação no seu interior. Mas nesse ponto ainda um questionamento se apresenta em relação à questão da causalidade, ou seja, as razões que levam à mudança de paradigma e como elas se dão sob o ponto de vista da historicidade. Castoriadis reconhece que faz parte da natureza humana buscar uma causalidade para os fatos da vida, no entanto ele desafia essa necessidade do ser-humano ao afirmar que a sucessão das sociedades ou as alterações que nela se dão internamente não podem ser explicadas de modo causal, porque os fatos, na história do desenvolvimento humano, são resultados de escolhas feitas diante de várias possibilidades, que não podem determinar um mesmo resultado.

No caso da história, para se considerar um encadeamento de fatos nas conexões do mundo social, seria necessário um conjunto de condições adequadas para reprodução do mesmo fenômeno, e isso não é possível. O autor esclarece que o reconhecimento de que não há uma explicação causal para as mudanças sociais não significa que essas explicações sejam inúteis, porque afinal elas encerram um processo dialético que permite a refutação de discursos monológicos. É nesse sentido que Castoriadis afirma que “na história não há explicações. Há uma outra coisa: de um lado, uma inteligibilidade reduzida do ponto de vista conjuntista-identitário; de outro, a compreensão daquilo que se passa.”<sup>26</sup>.

Portanto configura-se em um equívoco abordar, sob o ponto de vista da causalidade, as mudanças que ocorrem em um processo histórico, o seu surgimento, ou mesmo seu desaparecimento, até porque a construção de uma racionalidade histórica é produto da construção imaginária da sociedade. Por isso é preciso considerá-la dentro do contexto de cada cultura. Hans-George Gadamer, quando se refere à questão da consciência histórica, ensina que o exercício de compreensão sempre envolve uma pré-compreensão que se fundamenta na tradição social daquele que tenta racionalizar os processos de mudança<sup>27</sup>. Abrir mão desse comportamento significa entender que o

<sup>25</sup> *Sujeito e verdade no mundo social histórico: seminários 1986-1987: a criação humana I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007, p.27.

<sup>26</sup> Castoriadis, C. *op.cit.*, p. 38.

<sup>27</sup> *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

desenvolvimento social não ocorre por estágios, mas o que existe são apenas estruturas diferentes, que não revelam uma progressão dos fatos, mas representam um panorama histórico de continuidades e descontinuidades.

É inegável a importância da teoria de Marx para a compreensão dos processos sociais, porque ela inaugura um caminho para pensar os problemas criados pelas instituições humanas fora de uma perspectiva imanente e passa a ter como referência um fator tangível como o trabalho. A consequência dessa mudança de perspectiva transformou o mundo e suas relações de trabalho, porque a solução para as distorções decorrentes das relações humanas em sociedade está diante de uma outra atitude dos sujeitos sociais. Mas, por outro lado, Marx cria uma filosofia da história do trabalho e submete a história do mundo a uma leitura construída a partir de um único ponto de vista. Ele desenvolve um encadeamento de fatos que explica a desigualdade nas relações sociais baseada em conexões de causalidade.

### **1.1 – Literatura e Sociologia: uma relação entre diferentes sistemas**

Ao propormos uma análise da literatura de Carlos Drummond de Andrade e Luiz Ruffato em consonância com o paradigma contemporâneo do trabalho, deparamo-nos com a necessidade de uma abordagem interdisciplinar entre o sistema da literatura e o sistema da teoria social. Por que estudar o trabalho do ponto de vista da arte, mais precisamente da literatura, se trabalho é uma categoria que já se encontra tão estudada pelo campo da sociologia? E, nesse caso, que contribuição a arte pode oferecer na observação do trabalho na sociedade? O exercício de uma abordagem interdisciplinar entre arte e sociologia geralmente corre o risco de esvaziar o papel da arte, estabelecendo conexões que terminam por considerá-la como uma representação obrigatória da realidade ou como uma maneira de transmissão da memória social. Para não tomar essa direção, recorreremos à teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, uma vez que ela reconhece a autonomia dos sistemas da arte e da sociologia, explicando que a independência dos sistemas se dá porque cada um produz códigos diferentes de comunicação<sup>28</sup>.

Para se estabelecer uma relação entre literatura e trabalho, tendo como pano de fundo a sociedade contemporânea com toda a sua complexidade, é preciso apreender a

---

<sup>28</sup> “Sobre os fundamentos teórico-sistêmicos da Teoria da sociedade”. In: *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Goethe – Institut/ICBA, 1997, p. 64.

proposta da Teoria dos Sistemas de que a sociedade seja observada de um ponto de vista externo, a partir do critério da produção de comunicação. A proposição de um novo critério para observar a sociedade parte da constatação da imensa complexidade estrutural do mundo, desde o surgimento da sociedade moderna. Segundo Luhmann, o modelo atual de sociedade, fundado no Renascimento, já se encontrava consolidado no século XIX, na Europa, e sucedeu as sociedades tradicionais que se caracterizavam por uma estrutura baseada na estratificação de castas e na hierarquia. A diferença entre esses dois modelos sociais ajuda a explicar por que a sociedade se tornou complexa, a ponto de ser mais adequado descrevê-la a partir de uma teoria que propõe que a observação seja feita de um ponto de vista externo à sociedade.

Pode-se distinguir a sociedade moderna da sociedade estratificada pela liberdade de inserção social do ser-humano. No modelo estratificado, a ação humana é determinada pela sua origem social, ou seja, o homem será o que ele nasceu para ser, e não é possível haver alterações nessa destinação. Na sociedade moderna, que cria a noção de indivíduo, considerando os conceitos de igualdade e liberdade, a ação do ser-humano ocorre por intermédio da formação do sujeito. Nesse caso, a estrutura desse modelo social exige que seus membros estabeleçam uma integração entre si, a partir do exercício individual de atividades profissionais, característica que implica a construção de uma ampla rede de relacionamentos sociais, que provoca uma complexidade progressiva na modernidade, impedindo que seja possível explicá-la a partir de um fundamento ou de um vértice, ou com discursos monológicos, como acontecia nas sociedades tradicionais<sup>29</sup>.

Luhmann entende que esse processo contínuo de complexidade tornou o mundo cada vez mais ininteligível, a ponto de o autor afirmar que “o mundo retirou-se para o inobservável”<sup>30</sup>, o que o tornou inacessível às teorias sociológicas tradicionais, porque são construídas a partir de uma ótica que pretende ser totalizante, perspectiva que não lida nem com os paradoxos, nem com as idéias de contingência e inacabamento. Existe portanto uma necessidade de que a teoria não se omita quanto ao caráter contingencial da observação, mas deve assumi-lo, porque esse aspecto confirma a impossibilidade de uma descrição fundada em um valor absoluto. A contingência surge no início da modernidade e trata da abertura da experiência humana para o âmbito social, se refere à percepção que

---

<sup>29</sup> Korfmann, Michael. *Uma introdução ao pensamento sistêmico de Niklas Luhmann*. Disponível em <[http://www.ufrgs.br/setordealemao/projetos\\_pesquisa](http://www.ufrgs.br/setordealemao/projetos_pesquisa)> Acesso em 23 abril 2007, p.3.

<sup>30</sup> “Por que uma teoria dos sistemas”. In: *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. 1997, p. 37.

se tem do mundo, a qual leva ao estabelecimento de diferenciações<sup>31</sup>. Acrescente-se a isso que a contingência é uma mudança situada no tempo e que pode ser historicizada, mas ao considerar uma temporalidade não se deve esquecer que a sociedade, na fase em que se encontra, reconhece o risco, ou seja, as diferentes possibilidades para o futuro, o que impede que seja feita uma leitura do mundo a partir de uma causalidade ou de linearidade histórica. Isso significa que a sociedade na contemporaneidade vê as mudanças paradigmáticas no tempo ocorrendo por descontinuidades.

Consoante Luhmann, sob o ponto de vista descritivo e não operacional, a sociedade pode ser considerada um sistema “policontextual que viabiliza uma multiplicidade de descrições do mundo e de si mesma”<sup>32</sup>, por isso, nesse sentido, é possível para a teoria dos sistemas lidar com a contingência. A contingência como valor da sociedade atual importa para nós na medida em que o olhar desta pesquisa recai exatamente sobre uma mudança de perspectiva da literatura em relação ao sentido do trabalho na contemporaneidade. Essa mudança é melhor compreendida quando não se constrói uma leitura fundada em aspectos causais, mas considera os padrões complexos da sociedade.

De acordo com essas idéias, Luhmann indica que a observação da sociedade só poderia ser feita apropriadamente a partir do “conceito de sistemas sociais autopoieticos, auto-referenciais e operacionalmente fechados”<sup>33</sup>. Ele descreve a sociedade como um conjunto de sistemas funcionais que desempenham tarefas específicas e que, durante esse processo, desenvolvem uma linguagem particular por meio da qual os sistemas produzem comunicação interna para reduzir a complexidade, que chega como *ruído* dos outros sistemas.

Os sistemas representam as diferentes áreas do conhecimento que fazem parte da vida social como economia, religião, arte, direito, ciência, educação. Eles são considerados autopoieticos porque fundam a si mesmos e funciona como uma unidade, seus elementos são construídos internamente, tudo o que opera no sistema é produzido dentro do próprio sistema, por meio de uma rede ligações construída por esses elementos. Cada um desses

---

<sup>31</sup> “Sobre os fundamentos teórico-sistêmicos da Teoria da sociedade”. In: *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. 1997, p. 67.

<sup>32</sup> Fedozzi, Luciano. *A nova teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Goethe – Institut/ICBA, 1997, p.27.

<sup>33</sup> *Op.cit.*, 1997, p.27.

sistemas sociais opera com o seu próprio código de comunicação e desempenha tarefas específicas. Portanto, um sistema não pode substituir o outro nos seus papéis de produzir comunicação: a ciência não pode substituir a religião e a sociologia não pode substituir a arte. Ao dividir o conhecimento em tantas áreas e se organizar por funções, a sociedade é estimulada a seguir em direção à crescente especialização de comunicação, que acaba forçando cada sistema a entrar em um processo de reflexão sobre si mesmo, acentuando o autoconhecimento, cuja consequência imediata é o desenvolvimento de uma linguagem particular, por meio da qual ele descreve a sociedade.

Ainda a respeito dos sistemas, deve-se dizer que se formam pela diferenciação, por isso possuem dois lados: o lado interno é a diferença, e o externo é o ambiente, sendo que do ponto de vista de um sistema, os demais sistemas são entendidos como ambiente. A diferenciação pressupõe autonomia, o que significa para o sistema da arte poder qualificar belo algo que o sistema da política considere politicamente incorreto e, por outro lado identificar como feio algo que o sistema da economia considere valioso. Luhmann explica que, depois que se dá o início desse processo, as relações internas do sistema passam automaticamente a se desenvolver, estabelecendo uma dinâmica própria que gera mais diferenciação de competências, cujo resultado na vida social é uma crescente fragmentação, que produz mais complexidade. É pela diferenciação que há um aumento do nível de complexidade e de contingência da sociedade, que por sua vez aumenta as possibilidades de ação do indivíduo, o que pode exigir o surgimento de outros sistemas sociais para lidar com essa complexidade.

O sistema produz comunicação para reduzir a complexidade externa, portanto alguns dos ruídos do ambiente podem apresentar um nível de complexidade com que o código produzido pelo sistema não é capaz de trabalhar. Isso pode provocar uma tensão sobre o sistema que Luhmann chama de *irritação*, e é produzida a partir das comparações e diferenciações que ocorrem internamente no sistema. O sistema pode responder a essa irritação, traduzindo a complexidade externa em comunicação interna, o que contribuirá para uma melhor percepção humana da transformação dos sentidos na sociedade. É o que acontece diante das mudanças paradigmáticas que levam, por exemplo, o sistema da arte a repensar conceitos que já foram trabalhados. No entanto, é importante ressaltar, para o conceito de autonomia, que entre os sistemas não ocorre comunicação, portanto eles não se influenciam. Essa perspectiva impede que se estabeleça uma relação de causalidade

entre eles e liberta os sistemas de quaisquer vínculos. A arte, por exemplo, fica liberada porque deixa de ser um campo de representação obrigatoriamente vinculada à religião ou à política.

Mas, se os sistemas são fechados, como ocorre entre sistema e ambiente uma circulação de informações sem que eles percam a sua autonomia? Luhmann responde a essa pergunta introduzindo o conceito de acoplamento estrutural e associando-o ao conceito de irritação. Os sistemas produzem linguagem a partir de uma seleção aleatória dos ruídos que o ambiente produz. É pelo acoplamento estrutural que se torna possível que o ruído produzido no ambiente seja captado por um sistema como o da arte para, em seguida ser traduzido segundo a linguagem especializada do sistema. É uma forma de “relação” que trabalha com o processo de seletividade, em que as informações são selecionadas e processadas a partir de um campo de diferenciação de possibilidades determinado internamente. Mediante o processo de diferenciação, o sistema se mantém sensível ao ambiente, se puder interpretar os fatos externos como se fosse informação interna, no entanto esses processos não estão disponíveis operacionalmente no ambiente, mas precisam ser descobertos.

Quando pensamos em como se dá o acoplamento estrutural entre o sistema da arte e o sistema da sociologia, sem dúvida a crítica literária tem um papel fundamental nessa tarefa, uma vez que faz a ligação entre essas duas áreas, revelando as operações feitas pelo sistema da arte, que quando provocado pela tensão produzida por algum ruído do ambiente, sofre irritação em suas operações, seleciona os fatos que ocorrem na sociedade e os traduz utilizando uma linguagem estética, que lhe é própria. Diante disso, podemos explicar que as mudanças que ocorreram nos últimos anos no mundo do trabalho causaram irritação no sistema da arte, o que resultou, por exemplo, na construção de um texto literário que estabelecesse uma visão crítica com relação aos problemas do trabalho na contemporaneidade, como acontece na obra de Luiz Ruffato.

## Capítulo 2 – O paradigma do Estado Social na articulação entre trabalho e literatura

O Estado social, organizado no mundo ocidental após a Primeira Guerra, foi uma conquista sem precedentes para a classe de trabalhadores e operários de países cuja orientação política se fundamentava numa concepção democrática de poder. Pela primeira vez, na disputa entre capital e trabalho, eles puderam viver a experiência de estarem sob a proteção de um regime político que, de maneira objetiva e concreta, lhes garantia fruir direitos que os defendia da exploração do capital. O discurso construído em favor do Estado Social difundiu a idéia de que um compromisso entre capital, trabalho e Estado havia se estabelecido, partindo-se de um pressuposto de que o capital pudesse ser controlado de forma efetiva e duradoura dentro dos limites do Estado<sup>34</sup>.

O paradigma de Estado Social representou uma resposta imprescindível diante dos fatos que denunciavam o esvaziamento dos valores adotados pelo antigo Estado Liberal no Séc.XIX, quando foram praticadas políticas preventivas contra a experiência do Absolutismo, regime que provocou um grande receio em relação à existência de uma esfera pública associada ao Estado. Nesse período os princípios de liberdade e igualdade eram compreendidos segundo a perspectiva de que havia uma distribuição igualitária de oportunidades políticas e econômicas, que poderia ser organizada naturalmente dentro da própria dinâmica social. No entanto, o liberalismo favoreceu ostensivamente a esfera privada da sociedade, levou ao limite a classe de trabalhadores, o que terminou gerando uma profunda crise social<sup>35</sup>.

As transformações que se deram nas estruturas e nos princípios do Estado Liberal ocorreram para que pudessem ser acomodadas as exigências das classes populares, sem que fosse necessário, no entanto, renunciar ao princípio de o Estado se manter atado ao regime capitalista. Era necessário lidar com a pressão política estimulada pelo descontentamento e, conseqüentemente, com as enormes distorções e injustiças sociais

---

<sup>34</sup> Hobsbawm, E. *op.cit.*, p. 277.

<sup>35</sup>“A hermenêutica constitucional sob o paradigma do Estado Democrático de Direito”. In: Cattoni, M.A. (coord). *Jurisdição e hermenêutica constitucional no Estado Democrático de Direito*. Belo Horizonte: Mandamentos. 2004, pp. 34-35.

que foram produzidas e acentuadas durante o modelo liberal: a exploração do trabalhador alcançou níveis desumanos, e em virtude disso crescia na sociedade a influência das idéias anarquistas, socialistas e comunistas, que pediam a revolução da classe operária, cuja ação já tinha resultado na revolução russa em 1917; por outro lado, a economia dos países mais importantes do ocidente estava sofrendo as terríveis conseqüências da Grande Depressão de 1929<sup>36</sup>.

Após a Primeira Guerra Mundial, esse conjunto de fatores causou um clima de tamanha desconfiança por parte da sociedade em relação à esfera privada, que esta, para se manter, se viu obrigada a ver seu espaço de influência sofrer limitação, tendo em vista o surgimento do novo paradigma de Estado e de suas atribuições. Carvalho Neto explica que, na base do pensamento que fomentou a mudança, estava presente a idéia de que o Estado deveria ser independente, gerido por burocratas/tecnocratas, a fim de ter condições de assumir uma posição legítima de moderador nos conflitos sociais, sobretudo para tentar conciliar os problemas econômicos entre o trabalho e capital. Nesse sentido, tornou-se fundamental, para a própria sobrevivência da burguesia no Ocidente, que os antigos sistemas políticos buscassem superar, por meio de um viés democrático, o problema da desigualdade social e da igualdade política, começando por atender as reivindicações pelo sufrágio universal e pelo reconhecimento dos direitos do proletariado.

Antes da Primeira Guerra, a presença do Estado na sociedade se efetivava de forma bastante reduzida e a sua atuação se restringia a zelar pelos limites que garantiam o pleno exercício das liberdades individuais, assim como proteger o direito à propriedade privada, e principalmente, a resguardar a liberdade e a igualdade individual perante a lei, princípios cuja interpretação buscava defender o respeito à livre movimentação do capital, sem interferências do Estado na economia. Depois da Guerra, a partir da década de 20, a atuação do Estado cresceu exponencialmente: os direitos individuais foram redefinidos conforme uma orientação que ultrapassa a maneira como o liberalismo os interpretou - a propriedade privada passou a ser admitida apenas se tivesse função social, as leis internalizaram a proteção do lado mais fraco da sociedade, os direitos sociais foram inseridos nas constituições, e, para corresponder às novas funções do Estado, houve

---

<sup>36</sup>*Op.cit.*, p.31.

necessidade de criar mais órgãos estatais para viabilizar as ações do governo que visavam à concessão de cidadania<sup>37</sup>.

Em sua teoria política sobre o Estado Social, Niklas Luhmann esclarece que a idéia fundamental que preside esse modelo de estado é o *princípio da compensação*, que coloca em foco as situações de desvantagens individuais produzidas dentro do sistema social. Esse princípio, levado às últimas conseqüências, considera a possibilidade de poderem ser supridas todas as demandas necessárias para extinguir as desigualdades, mesmo que o surgimento de novas demandas se constitua em um processo constante. Nesse modelo também é preciso que se reconheça a posição de centralidade do Estado dentro da sociedade, o qual detém a competência para agir, e toma para si a responsabilidade da organização e do desenvolvimento sociais, na medida em que providencia os meios para que se efetue na vida de cada cidadão a passagem da cidadania jurídica para a social.<sup>38</sup>

A presença do Estado Social pôde ser percebida na medida em que este estendeu as suas influências para quase todos os espaços que antes pertenciam à iniciativa privada e se tornou um interventor na economia em busca de manter um equilíbrio na distribuição de renda. Para cumprir essas demandas, o Estado passou a manipular a moeda, ditar salário, ser proprietário de empresas que concorrem com a iniciativa privada, financiar as exportações e comprar a produção, além de outras tantas atividades complexas que envolvem o controle econômico. Além disso, também tomou para si a responsabilidade de conferir os direitos relativos à educação, à saúde, ao trabalho e à previdência; assim como providenciar casa própria para os trabalhadores e para os seus burocratas, buscar atender necessidades individuais de todo cidadão. O Estado passa a absorver toda a dimensão do que é público e como conseqüência vai ganhando complexidade estrutural para atender às demandas sociais que vão surgindo<sup>39</sup>.

A partir do fim a Segunda Guerra, em 1945, os fatos políticos e econômicos, desencadeados ao longo dos próximos 20 anos no ocidente, realmente mostraram que, de

---

<sup>37</sup> Araújo Pinto, C. P. “Arqueologia de uma distinção – o público e o privado na experiência histórica do direito” In: Oliveira Pereira, C.F.(org). *O novo direito administrativo brasileiro*. Belo Horizonte: Forum, 2003.

<sup>38</sup> Luhmann, Niklas. *Teoria política em el estado de bienestar*. Madrid: Alianza Universidad, 1997, p.32.

<sup>39</sup> Para uma descrição minuciosa do que se deve entender por Estado sob a denominação de Estado Social, cf. BONAVIDES, Paulo. *Do Estado Liberal ao Estado Social*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996, pp. 183-204.

uma maneira geral, os países industriais experimentaram um crescimento econômico maior do que os de outras épocas. Os parques industriais trouxeram muitas oportunidades de emprego e a estabilidade financeira dos trabalhadores permitiu a expansão do mercado de consumidores, de tal maneira que mantivesse a saúde da economia. No entanto a concretização material do sucesso na vida dos cidadãos aconteceu, especialmente, nos países capitalistas desenvolvidos da Europa Ocidental, no EUA e no Japão. A situação de prosperidade econômica, de pleno-emprego e de bem-estar social experimentada por esses países transformou-os durante os trinta anos que se seguiram em modelos exemplares de sociedade industrial capitalista democrática.

Esse foi um período tão rico e estável para essas sociedades, que passou a ser comumente denominado de *Os anos dourados* ou a *Era de Ouro*. Ao descrever a experiência do Estado Social nos países em que este se consolidou de forma plena, Hobsbawm declara que as condições de vida do trabalhador apresentavam um alto índice de satisfação na medida em que o nível de desemprego se tornou muito baixo. Ganhavam-se bons salários, os quais contavam com a perspectiva de aumentos regulares e benefícios, tudo negociado em convenções coletivas de trabalho. Além disso, o Estado financiava a juros muito baixos a habitação e garantia a educação, um sistema de saúde gratuito e a previdência assim que o trabalhador completasse o tempo para a aposentadoria. O resultado dessa estabilidade para o mercado foi bastante positiva, uma vez que, possuindo reservas financeiras, a classe média passou a consumir em massa<sup>40</sup>:

“[...] no mundo desenvolvido da década de 60, a Europa tinha uma média de 1,5% de sua força de trabalho sem emprego e o Japão 1,3%. Os patrões, que pouco importavam com altos salários num longo boom de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão-de-obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e num Estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguiu estabilidade política, partidos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para a administração macroeconômica que todos os Estados então praticavam.”

Mas nem todos os países que decidiram implantar o Estado Social como paradigma constitucional sócio-político experimentaram plenamente os seus benefícios. Como era pressuposto que as reformas políticas que culminaram nesse modelo de Estado se dessem dentro do regime capitalista, muitos diferentes sistemas de organização política, às vezes

---

<sup>40</sup> Hobsbawm, E. *op.cit.*, p. 277.

de orientação política oposta, a fim de evitar a revolução do proletariado, adotaram-nas parcialmente e não fizeram as mudanças sócio-econômicas de base que eram fundamentais para a transformação da sociedade<sup>41</sup>. Essa foi exatamente a experiência por que passou o Brasil, cujas decisões políticas sempre levaram à adoção de um regime elitista, mas, ainda assim, já a partir da Revolução de 1930, que culminou no surgimento do Estado Novo em 1937, adentrou na era do Estado Social.

Essa mudança paradigmática na condução política do país tinha por objetivo romper de forma definitiva com a República Velha e seu passado político, que mantinha como prioridade os interesses da oligarquia; portanto, desde a década de 30, verifica-se que a comunidade intelectual e política assumiram um discurso desenvolvimentista, defendendo a expansão do parque industrial nacional e as reivindicações dos trabalhadores da indústria. Em virtude desse conjunto de fatores, o governo desencadeou uma política social de produção<sup>42</sup>, como também tomou medidas para implantar leis que beneficiaram, mas apenas em parte, os diretos da classe assalariada, que exigia a regulamentação do mercado de trabalho.

Em conformidade com a orientação dessas idéias, o texto constitucional de 1934 incorporou os paradigmas do Estado Social, também foi elaborado um conjunto de normas para regular os contratos e questões referentes ao trabalho - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - assim como também foram criados tribunais especializados para mediar os litígios nessa matéria, ações que representam a consolidação do mercado de trabalho no país<sup>43</sup>. No entanto o acesso aos benefícios sociais descritos pela CLT ficou condicionado ao fato de o trabalhador estar formalmente contratado com carteira assinada e ser sindicalizado, mantendo uma quantidade enorme de pessoas na informalidade. Essa exigência contemplou fundamentalmente os trabalhadores urbanos, mas significou a exclusão de grande parte da mão-de-obra nacional, que era politicamente invisível, porque postergou o enfrentamento quanto aos problemas do trabalhador rural, principalmente nas

---

<sup>41</sup> BONAVIDES, Paulo. *op.cit.*, pp. 183-204.

<sup>42</sup> Essa expressão se refere a ações estatais realizadas a partir de dispositivos legais para atender as necessidades de uma determinada área social, que, nesse caso específico, buscava estimular o desenvolvimento do parque industrial nacional.

<sup>43</sup> Convém ressaltar que, nos textos pesquisados sobre as políticas sociais adotadas nesse período, pouco ou nada se fala sobre a condição de trabalho do empregado rural. A conclusão que se pode tirar desse fato é que as pressões mais temidas pelo Estado eram as oriundas dos grandes centros urbanos e, a fim de arrefecer os ânimos exaltados, tendo em vista a iminência de uma anarquia, os direitos da classe operária urbana é que foram discutidos. As questões quanto ao trabalho rural eram problemas de uma massa sem visibilidade política.

regiões dominadas pelo coronelismo.

Com a adoção de políticas desenvolvimentistas, a partir da década de 50, o Brasil experimentou grande crescimento econômico, chegando a obter taxas de 7% ao ano até o fim da década de 70, o que permitiu que fosse possível fazer a transição para uma economia industrial moderna. Nesse período, o crescimento viabilizou importantes transformações sociais, a força de trabalho triplicou, passando de 15 para 45 milhões de trabalhadores e o PIB *per capita* cresceu 380%<sup>44</sup>. Mas esse crescimento não significou inclusão para toda a população. O Estado adiou decisões políticas importantes durante todo o processo de modernização, que começou antes da década de 30 e não procurou solucionar problemas sociais históricos, como a crescente exclusão de grande parte da força de trabalho. Esse problema vinha se agravando desde a época do Império, com a abolição da escravatura e com a tradição do Estado de proteger a concentração da estrutura fundiária, ao escolher tomar medidas conservadoras quando surgiram oportunidades para se fazerem mudanças estruturais, desde o movimento republicano, no final do século XIX<sup>45</sup>. A somatória desses fatores contribuiu para que o problema do trabalho e da sobrevivência assumisse, na contemporaneidade do Estado brasileiro, características muito mais complexas do que nos países desenvolvidos do mundo ocidental.

O processo moderno de industrialização no Brasil trouxe como conseqüências a urbanização, mas também um crescimento demográfico desmedido, causado principalmente por uma forte migração da população radicada no meio rural para as cidades, que vinha com o objetivo de conseguir emprego no mercado de trabalho moderno e, conseqüentemente, de usufruir o anunciado bem-estar do modo de vida urbano. Mas apesar do crescimento econômico, a concentração de grandes massas humanas em redor das cidades se tornou um grave problema, na medida em que a criação de postos de trabalho no parque da indústria nacional ocorreu numa proporção muito menor que a demanda<sup>46</sup>.

No entanto, mesmo com essas questões sociais pendentes no Brasil, o discurso desenvolvimentista atrelado ao nacionalismo, os modelos bem sucedidos de Estado Social

---

<sup>44</sup> Theodoro, Mario. “A questão do desenvolvimento – uma leitura”. In: *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: CAALL, 2004, p.101.

<sup>45</sup> Theodoro, Mário. *op.cit.*, p. 94.

<sup>46</sup> Albornoz, Suzana. *O que é trabalho?* São Paulo: Brasiliense, 2004, p.28.

no mundo desenvolvido e, posteriormente, o fato de o país ter alcançado a marca de 8ª economia do mundo na década de 70, são fatos que contribuíram para que os paradigmas do Estado Social fossem confirmados no imaginário da população, que aguardava o momento quando então se pudesse vivenciar um nível de desenvolvimento econômico e de igualdade social semelhantes aos experimentados pelas grandes economias. Quanto aos problemas vinculados ao atraso, situação que caracterizava grande parte da situação da população, o que norteou o pensamento da época foi a idéia de que, uma vez que o Estado tenha ficado responsável por conduzir o país em direção a uma economia industrial moderna, as questões relativas ao subdesenvolvimento seriam naturalmente absorvidas no processo de modernização.

A confiança de que era apenas uma questão de tempo para que o Estado Social fosse capaz de solver os problemas do subdesenvolvimento tinha o seu fundamento na própria lógica de inclusão que construiu esse modelo de Estado. Além disso, a posição de centralidade do Estado diante das necessidades individuais pressupõe a idéia de que toda a ação de inclusão é feita apenas pelo Estado. Ao indivíduo cabe aguardar para que lhe seja dada a condição de cidadania.

## **2.1 – O trabalho no Estado Social visto na literatura de Drummond**

A escolha pela prosa de Carlos Drummond de Andrade corresponde à necessidade que tínhamos de estudar um autor cujos textos estivessem ambientados em grandes centros urbanos nas décadas de 50/60, período em que a maior parte da produção literária nacional estava na época voltada para o regionalismo ou para uma tendência intimista. Drummond é um dos poucos escritores que atende a esses requisitos, tendo em vista que residia no Rio de Janeiro desde 1934 e, além das funções que exercia dentro do governo, era escritor de crônicas que abordavam os temas e a cultura carioca para o *Correio da Manhã*<sup>47</sup>. No entanto se verificou um desafio encontrar, em sua coletânea de prosa, textos que fizessem referência às questões do mundo do trabalho constituído na época, porque Drummond não

---

<sup>47</sup> *Correio da Manhã* é um jornal publicado no Rio de Janeiro, onde Drummond manteve sua coluna de crônicas intitulada “Imagens” durante o período de 1954 a 1969.

tematiza diretamente nem a questão do trabalho, nem a figura do trabalhador, mas essas questões aparecem inseridas na estrutura social presente no texto.

Em virtude dessa dificuldade, pareceu bastante apropriado utilizar Mikhail Bakhtin como marco teórico para análise das crônicas, tendo em vista a sua concepção de que o texto literário é um produto de natureza social, precisamente porque é fundado na linguagem, e esta, enquanto objeto de comunicação de uma determinada cultura, só produz sentido num contexto social e histórico<sup>48</sup>. Em *Questões de literatura e estética*, Bakhtin destaca o papel dos fatores sociais na literatura como fundamental na análise do texto literário, defendendo a necessidade de situar a obra de arte no contexto socioeconômico e histórico, sem desconsiderar, no entanto, a dimensão estética da arte. Nesse caso, ainda que o tema do trabalho esteja colocado na periferia do texto, é possível entrever estruturas sociais e valores que denunciam os paradigmas do trabalho no Estado Social.

A proposta de Bakhtin envolve a compreensão de que o gênero do romance se caracteriza por ser “pluriestilístico, pluridiscursivo e plurivocal”<sup>49</sup> e para esse tipo de abordagem é essencial a idéia de *refração*, que pressupõe uma relação dialógica entre o mundo e a construção da obra de arte, a partir da qual se entende que com os signos não apenas se descreve o mundo, mas também se constroem as diferentes interpretações desse mundo<sup>50</sup>. Dessa forma verifica-se que, no processo de conceção da obra literária, para que haja construção de significação, é preciso que a refração esteja envolvida, uma vez que os sentidos são construídos no curso dinâmico da história e são marcados pela diversidade de experiências dos grupos humanos, levando em consideração os interesses sociais da comunidade, suas contradições e confrontos de valores<sup>51</sup>. É a partir dessa idéia de refração, que compreende o processo de dialogismo, que se pretende examinar como ocorrem as mudanças de paradigma do trabalho na representação literária.

Segundo Bakhtin, o discurso no romance revela um multidiscurso social bastante estratificado, que pode ser identificado no estudo das vozes verbais no texto literário. Como todo discurso é intencional, seja ele da personagem, do narrador ou do autor, é

---

<sup>48</sup> *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002, p. 73.

<sup>49</sup> *Op. cit.*, p. 107.

<sup>50</sup> Faraco, C. A. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2006. p. 50.

<sup>51</sup> Essa é uma perspectiva que vai ao encontro das idéias expostas por Cornélius Castoriadis quando tratamos da construção de significações no âmbito social, no primeiro capítulo desse trabalho.

necessário, para compreender o texto, desvelar o discurso dos diversos grupos humanos representados literariamente, identificando as intenções e tensões sociais presentes no jogo lingüístico do texto. Faz parte desse processo de análise observar aspectos como o lugar da fala que eles ocupam no interior da narrativa, a maneira como a personagem enxerga o mundo e a si mesma, e quem é o outro no discurso<sup>52</sup>.

Um outro conceito importante na teoria discursiva Bakhtin é a noção de *enunciado*, que está diretamente ligada á idéia de *enunciação*, tendo em vista que o enunciado, assim como o discurso, devem ser pensados como parte integrante da discussão social, cultural e histórica em que se dá a comunicação. Em seu artigo intitulado “Gêneros do discurso”, Bakhtin explica que “os enunciados configuram tipos de gêneros discursivos e funcionam, em relação a eles, como correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da língua”<sup>53</sup> e, precisamente por isso, ou possuem o valor de uma resposta ou de uma provocação para a qual se aguarda uma resposta. De qualquer forma, Bakhtin vê a formação dos enunciados sempre entranhada nos discursos do outro, porque parte do pressuposto de que o enunciado é dirigido a alguém e termina voltando para o destinatário.

Exatamente mediante essa perspectiva dialógica, que Bakhtin faz questão de frisar em seus textos que o enunciado tanto é um objeto de significação quanto um objeto de comunicação<sup>54</sup>. Por isso é importante atentar para o fato de que a enunciação não se limita a si mesma, ao contrário, ela abrange todos os elementos que envolvem o processo comunicativo, tanto os internos como os externos, como também aqueles em que o silêncio é predominante e, nem por isso, menos significativo. É essa idéia que leva Bakhtin a defender a necessidade de uma análise integral do texto: sua organização, sua interação verbal, seu contexto e seu intertexto<sup>55</sup>.

Entre enunciado e discurso existe uma dinâmica dialógica da troca entre sujeitos discursivos no processo da comunicação. Essa interação parte da observação da práxis do diálogo, espaço propício para a elaboração de enunciações nas trocas discursivas. Mas, ainda que a idéia de diálogo se aplique de uma maneira mais próxima ao que ocorre entre locutor e interlocutor, o conceito que Bakhtin incorpora acerca de diálogo extrapola essa

<sup>52</sup> *Op.cit.*, 2002, p. 19.

<sup>53</sup> In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.261.

<sup>54</sup> FARACO, C.A. *op.cit.*, 2006, p.65.

<sup>55</sup> PESSOA DE BARROS, D. “Dialogismo, polifonia e enunciação”. In: *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 2003, p.1.

visão, e toma uma dimensão muito mais complexa. Ele considera que o evento do diálogo em si é apenas mais um dos muitos eventos em que se manifestam as relações dialógicas, apenas mais um espaço em que se entrecruzam as verdades sociais, uma vez que enunciados de qualquer tipo fazem parte dessa teia de comunicação.

Segundo Faraco, considerar o diálogo em seu sentido mais amplo requer que se pense como parte integrante dele qualquer evento de grande interação sociocultural, de qualquer grupo humano, que faz parte das práticas do cotidiano. Isso não significa que todos os tipos de enunciado estejam no mesmo patamar. O Círculo de Bakhtin faz uma diferença entre enunciados de gêneros primários, os ligados à linguagem cotidiana e os de gênero secundários, cujos sistemas ideológicos são mais complexamente elaborados. O que vale observar neste caso é que um gênero penetra no campo do outro durante seus processos de criação/elaboração.

Nas crônicas de Carlos Drummond de Andrade, a prosa é construída a partir de situações do dia-a-dia de pessoas urbanas. No processo de dar voz às personagens e ao narrador, Drummond permite que elas revelem os seus sentimentos, contradições e os paradoxos que marcam a organização social expressa no texto. *Caso do almoço*<sup>56</sup>, uma das crônicas escolhidas para fazer parte do conjunto de textos a serem analisados, é uma narrativa que descreve um episódio ocorrido na vida de um casal que sai de sua rotina, em um dia de domingo, porque a mulher planejou almoçar fora de casa. As personagens não são caracterizadas fisicamente, o que atribui um caráter generalizante aos fatos. No entanto, ao longo da narrativa, a condição social em que estão inseridas se revela por meio das características do ambiente de que fazem parte, ou durante o diálogo que estabelecem entre si, quando evidenciam suas escolhas, ou ainda, pela voz de um narrador, que muitas vezes parece se fundir com a voz das personagens.

Logo no início do texto, quando o narrador apresenta as razões para a mudança de planos quanto ao almoço, ele faz referência à existência de dois empregados domésticos na casa – a copeira e a cozinheira – deixando entrever que o casal pertence a uma classe de pessoas que possui uma boa condição financeira e, além disso, que o mundo do texto é estruturado a partir de uma divisão social do trabalho: “Era dia de folga da copeira, a cozinheira pediu para sair mais cedo”. A menção às profissões “cozinheira”, “copeira” e

---

<sup>56</sup> Drummond, C.A. “Cadeira de balanço” In: *Carlos Drummond de Andrade: Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, p.1625.

“garçom” são as únicas declarações expressas que pertencem ao campo do trabalho. No entanto, é preciso verificar o que o silêncio sobre o assunto traz em termos de sentido, como o texto constrói junto com os outros elementos do próprio texto uma significação que pode ser pressuposta.

Para Bakhtin, a busca da significação no texto requer percepção das relações dialógicas que são estabelecidas, tanto em enunciados expressos verbalmente na narrativa, quanto em sentidos que podem ser apenas presumidos. Bakhtin, a fim de exemplificar a natureza da enunciação, descreve a partir da palavra “bem” uma situação discursiva que estende os limites do sentido de enunciação, porque deixa entrever que a enunciação não se dá apenas de forma verbal. Ela se refere a tudo aquilo que contribui para a sua apreensão, inclusive a tudo o que constitui o espaço em que estão os interlocutores<sup>57</sup>. Portanto, perceber os sentidos em meio ao dialogismo textual significa também reconhecer o contexto tanto interno quanto externo da narrativa. Nesse caso, o que não é dito expressamente também é comunicação, integra o discurso no texto, tornando-se parte constitutiva necessária à construção da significação.

Portanto, quando percebemos em *Caso do almoço* que o trabalho é parte de uma estrutura social construída no texto, verificamos a ausência de tematização em torno desse tema, provocada por um silêncio discursivo. Ao observar o universo de que fazem parte o casal principal da narrativa e as personagens apenas nomeadas no texto – a copeira, a cozinheira, o garçom, as pessoas que estão no restaurante e as do bairro que desceram para almoçar - verificamos que o trabalho não representa um problema, não é motivo de disputas; mas, ao contrário, as relações de trabalho fazem parte do dia-a-dia das pessoas, estão incorporadas à estrutura social revelada no texto. Quando as personagens saem de casa à procura de um restaurante onde possam almoçar, encontram os estabelecimentos lotados. E, segundo a narrativa, o bairro inteiro desce no domingo com essa mesma finalidade, o que indica que as pessoas possuem recursos financeiros, provavelmente provenientes de salário, para gastar. Essas pessoas são descritas num ambiente de cidadania, possuem uma moradia, um emprego, aproveitam o domingo para lazer, realizam atividades características de uma sociedade organizada segundo padrões estabelecidos por um sistema de governo inclusivo.

---

<sup>57</sup> BAKHTIN, M; VOLOCHINOV, V.N. “Discourse in life and discourse in art”. In: *Freudianism: a marxist critique*. Nova York: Academic Press, 1976.

Da mesma forma, o silêncio que se estabelece quanto ao trabalho também se estende à presença do Estado na vida social. A única vez em que a idéia de Estado é explicitada acontece quando o homem faz uma referência ao Rio de Janeiro, no período que antecede outubro de 1930, como uma voz histórica que interrompe seus pensamentos, numa clara referência à Revolução Civil, que depôs o presidente Washinton Luiz, e Getúlio Vargas tomou o poder para dar início ao período da República Nova. Com exceção dessa circunstância, a presença do Estado se dá pela ausência, de onde se presume, pelo grau de serenidade com que as pessoas vivem o seu domingo, que o mundo parece ser organizado, seguro e estável, todos esses valores construídos num contexto de satisfação e de bem-estar social.

Essa segurança não chega a ser abalada, a não ser no aspecto emocional ou cultural, mas de forma muito suave, e em apenas alguns poucos momentos da crônica: o primeiro momento, quando da lembrança da crise política no passado, experiência que, segundo as ponderações do homem, mudou alguma coisa na alma da cidade, ou desgastou e envelheceu o Rio de Janeiro, ou ainda o tornou menos romântico; a segunda, quando o narrador diz que “os dois saíram rindo, sob a impressão de que voltara o reino da boa-vontade na terra” – nesse caso, se trabalharmos com a negação dessa afirmação, podemos supor que se vivem situações em que honestidade e generosidade não são praticadas. Por último, há uma voz moral que se destaca. É um fato que incomoda de alguma forma os padrões culturais da mulher, uma vez que ela o seleciona em meio ao movimento do restaurante e faz o seguinte comentário, desviando a atenção do marido de suas elucubrações: “Aquela senhora ali deve ser desquitada. Com certeza o garoto saiu do colégio para passar o fim-de-semana com ela. Repara como trata o menino, alisa os cabelos dele. E ele quase não liga”. No Rio de Janeiro, na década de 50, a instituição do casamento era um fundamento bem assentado na sociedade, e a dissolução oficial do relacionamento conjugal ainda representava uma experiência de instabilidade bastante nova para os padrões morais da época. Provavelmente a cena no restaurante chamou a atenção da personagem porque a mulher encontrava-se em ambiente público, almoçando num dia de domingo, sem uma companhia masculina de idade compatível. A reação de indiferença do rapaz pode fortalecer a opinião da personagem, na medida em que o seu comportamento diante do afago revela uma ausência de vínculo afetivo e isso pode corresponder ao discurso produzido pelo senso comum de que filhos de pais separados

geralmente são caracterizados por um desajuste emocional.

No entanto, a noção de estabilidade se manifesta por meio de outros elementos no texto, e é acentuada pela existência não apenas de uma rotina dominical, mas também pela perspectiva de futuro que pode ser pressuposta, a partir do diálogo entre o casal, ao final da crônica. No início do texto, o narrador marca o tempo com o dia da semana – domingo – o que ajuda a começar estabelecer a idéia da rotina. Vem somar a essa idéia a declaração que o narrador faz em seguida, numa voz que se confunde com a voz do homem: “quando chegou o domingo, chegou também a preguiça...”, numa indicação de que “domingo e “preguiça” são termos complementares. Esse contexto é enriquecido pela descrição da seleção de atividades a que o homem está habituado a realizar neste dia, e que definem um ritmo lento e tranqüilo para o dia de domingo - e as palavras, presentes no discurso do narrador, “pijama”, “jornalada”, “disco novo pra botar na vitrola” e “frio”, passam a fazer parte do campo semântico de “preguiça”.

O almoço surge inicialmente como um fator de desestruturação da rotina e, durante a escolha do restaurante, há um sentimento de agitação provocado pela indecisão e acentuado pela quantidade de pessoas com a mesma intenção, que lotaram as opções de estabelecimentos, a ponto de o casal precisar “defender uma mesa que uma senhora deixara”. Mas mesmo assim, conforme descreve o narrador, verifica-se que a idéia de rotina faz parte dessa comunidade, uma vez que: “Tudo cheio, o bairro inteiro despencara-se para a rua, na fome incoercível, universal, dos domingos”, ao dia de domingo está incorporada uma rotina coletiva naquela organização social.

Um outro valor que ressalta no texto é a tradição, evidenciado principalmente no discurso do homem. Esse valor está diretamente relacionado com a idéia de rotina desenvolvida na vida dessa personagem. Assim que o casal entra no restaurante e é acomodado à mesa, o desconforto que a mudança de hábito produziu desaparece e o homem consegue resgatar o ritmo confortável que o acompanha nas atividades do domingo, por meio de elementos que compõem o lugar e que remetem à tradição: a idade média das pessoas, que é compatível com a dele, a discrição com que se comportam e se vestem, a ponto de ele ficar surpreso com o fato de alguns trajarem gravata; além disso, há a atenção do garçom, a toalha alva, a flor natural, o espírito de festa, o champanha. O ambiente do restaurante cria um clima de nostalgia e evoca sensações tão agradáveis que

os faz associar a percepção de que “Tudo era bom, limpo e cortês” ao período de sua juventude, uma vez que, segundo o texto, as características desse ambiente fizeram com que as personagens se “sentissem mais moços por dentro”.

Quando o marido, sugestionado pelo comportamento das pessoas que brindavam, decide pedir uma garrafa de champanha para eles também, a esposa tenta desencorajá-lo com um argumento baseado exclusivamente na voz da tradição, uma vez que o texto indica que não há empecilhos financeiros que justifiquem a privação: “Calma, rapaz. Espere as bodas de ouro.” Essa voz continua aparecendo na narrativa com “a boa orquestra romântica dos restaurantes da velha guarda” que toca “Parabéns para você” e a marchinha de carnaval “Cidade maravilhosa”. Logo depois, eles descobrem que o champanha era cortesia da casa para comemorar o aniversário da empresa e a mulher desconfia da generosidade, depreciando o seu valor – “Vai ver que é nacional”. A resposta do marido demonstra ser interessante porque o restaurante era provavelmente desconhecido, uma vez que eles ficaram em dúvida quanto à escolha do lugar e não estavam habituados a sair de casa pra comer. Portanto o homem não guardava uma referência quanto à tradição do estabelecimento, e nem tinha desenvolvido individualmente essa experiência, mas ainda assim ele responde “Francês, concluiu o lado masculino, degustando: a casa tem tradição”. Fica a dúvida se ele era um especialista no assunto e o champanhe francês determina definitivamente a qualidade do restaurante ou se ele baseia sua avaliação apenas numa aparência de tradição. De qualquer forma os enunciados constitutivos do texto e descritos acima se relacionam dialogicamente para ajudar a esclarecer o valor da tradição na vida das personagens, e a resposta final do marido apenas vem confirmar o sentido que esse valor possui.

No geral, o discurso do homem revela uma construção em torno de uma idéia que não valoriza a mudança, e mesmo depois que a experiência do restaurante mostra tornar o domingo deles inesquecível, a experiência do diferente é incorporada pela rotina, a ponto de eles decidirem “...todo ano, almoçarem aquele dia naquele restaurante”. Essa decisão aponta para um sentido de permanência que perpassa todo o texto e deixa ver que os personagens possuem uma confiança de que o mundo deles vai se manter organizado durante os anos que virão. Quando percebemos que os valores relativos à segurança, à estabilidade e à tradição são revelados na dialogia do texto, identificamos que o significado que encerram foi desenvolvido a partir de um modelo social cujo discurso

valoriza fundamentos sociais que não consideram o risco, a contingência na dinâmica da sociedade. De acordo com o discurso da narrativa, entre esses elementos de estruturação social figuram o trabalho e certamente o Estado, ainda que a lembrança de uma crise política não traga sentimentos confortáveis.

A idéia de estabilidade que transparece no texto, assim como o sentido de segurança projetado para o futuro são princípios construídos, conforme explica Cornélius Castoriadis, na dinâmica interna de uma sociedade específica, considerando o tempo e o espaço de que fazem parte. Tais valores, tanto a estabilidade quanto a segurança, são reconhecidos no imaginário cultural de uma sociedade no contexto de Estado Social, e a internalização desses paradigmas foi estimulada pelo discurso que defendia a centralidade do Estado na organização social, insuflando no imaginário popular uma percepção fragilizada de a-temporalidade com relação àqueles conceitos. Paradoxalmente à característica de complexidade que Luhmann atribui à sociedade contemporânea, pode-se perceber que os conceitos valorizados no discurso do Estado Social pressupõem, em relação ao futuro, a ausência de risco e a existência de uma causalidade que vai manter a estabilidade da situação atual.

Em outro texto de Drummond, *Luzia*<sup>58</sup>, a crônica foi desenvolvida em discurso direto, num diálogo que se passa na rua entre uma moça e um senhor. O perfil das personagens, principalmente de Luzia, vai sendo construído ao longo do diálogo e as características de cada um dos interlocutores são reveladas apenas no que tange ao nível social, a partir da maneira como a personagem se relaciona com o homem e do momento em que Luzia esclarece a profissão em que trabalha: ela o chama de doutor e o conhece porque trabalhou em sua casa como copeira. A caminho do trabalho, Luzia reconhece o homem e o aborda na rua e, a partir de então, o diálogo que se estabelece entre eles coloca todo o foco sobre a vida de Luzia, a participação dele é quase fática, apenas visa manter o discurso do locutor por meio de comentários que se atêm a respostas de confirmação ou de poucas perguntas que dão continuidade ao discurso dela.

O texto inicia com a percepção, por parte do homem, de que houve uma transformação na vida de Luzia, que refletiu na sua aparência: “Mas você está um bocado alinhada, criatura!”. Esse comentário não demonstra ser uma observação apenas educada

---

<sup>58</sup> Drummond, C.A. *op. cit.*, p.1590.

por duas razões: a exclamação prova a surpresa dele e, diante da modéstia dela, ele responde assertivamente – “Acho, não. É fato.” e essa constatação o leva a indagar se ela havia se casado. Duas das perguntas do doutor dividem todo o texto em dois assuntos principais: casamento e trabalho. Apesar de prosaicas, as perguntas em si revelam parte dos valores estabelecidos pela organização social no texto, que assumem importância, na medida em que são ritos de passagem que promovem uma mudança de status na vida das pessoas e criam uma identidade social porque representam uma forma de validação. O contexto do diálogo deixa entrever que, naquela cultura, o casamento é uma instituição valorizada, tendo em vista que se torna uma opção a ser considerada, mesmo que seja só para agradar a família - “queria só casar, pra dar gosto à tia”.

Mas uma validação da existência por meio do casamento não parece se configurar em uma hipótese plausível e nem muito importante para Luzia naquele momento. Ela decidiu abandonar a idéia na primeira vez, porque não gostava do noivo, e ainda que ele fosse “legal”, ela sente falta do ideal romântico de amor. O sentido da palavra “legal” geralmente permite mais de uma significação, mas no texto essa qualidade abrange o campo semântico que envolve o trabalho, porque culturalmente a profissão e a dedicação ao trabalho geralmente está associada à imagem social de uma pessoa, o que leva a se estabelecer uma definição acerca do valor de uma pessoa baseado nas possibilidades de realização financeira e de trabalho – “Até que meu noivo era legal, tinha uma alfaiataria em Niterói, carro na praça.”. Depois de uma desilusão amorosa, pela segunda vez ela desiste de pensar em casamento, abrindo mão de um costume social importante, sob o argumento de que “tenho mais o que fazer”, comentário que muda o rumo da conversa.

A expressão “tenho mais o que fazer” conduz à idéia de vida profissional, caminho que ela resolve trilhar pensando no crescimento de suas possibilidades quanto a empregos melhores. Nesse sentido, depois de avaliar que a função de empregada doméstica não é uma boa opção, ela diz: “fiz um curso na escola de manicura, tirei certificado...”. Numa sociedade que tenta se validar também pelo trabalho, as palavras “curso”, “escola”, e “certificado” possuem um valor elevado, tendo em vista que a qualificação e a especialização representam uma fase importante para o desenvolvimento de uma vida profissional. Os estudos criam um diferencial na formação do trabalhador e abrem o leque de opções quanto aos postos de trabalho, agregando valor ao custo do serviço que vai ser prestado, o que permite o aumento das ofertas de salário.

A voz de Luzia, deixando transparecer a importância de se fazer um esforço pela certificação, representa uma leitura literária daquilo que André Gorz<sup>59</sup> explica na teoria social: o trabalho, como profissão, promove a inclusão e traz reconhecimento social, na medida em que significa o passaporte do ser-humano para integrar a esfera pública de forma privilegiada. Se analisarmos o texto sob uma perspectiva de sentido negativo daquilo que representa o curso de manicura para Luzia, podemos visualizar que a percepção dela, em relação ao emprego de doméstica, confirma aquela necessidade de inclusão e de reconhecimento e revela um padrão cultural que não costuma atribuir dignidade à realização de todas as funções, como ocorre neste caso com a atividade de empregada doméstica. Os valores atribuídos não são uma voz exclusivamente dela, na realidade Luzia serve de porta-voz de um discurso social que valoriza a educação e que reconhece a atribuição de status para as diversas profissões.

Depois do curso de manicura, Luzia é contratada para trabalhar num salão de mulheres, mas não obtém um retorno financeiro adequado para se manter e consegue uma colocação em um salão para homens. Ela vive do salário e das boas gorjetas que os clientes dão, as quais permitem manter uma boa folga financeira. O novo emprego significou a conquista da independência financeira e Luzia conta ao doutor que conseguiu alugar um apartamento, comprar os móveis no crediário e, no momento, planeja comprar uma radiovitrola, para mais no futuro adquirir uma geladeira.

Diante do crescimento material que relata Luzia, podemos observar o discurso de uma certeza, a qual está incorporada aos valores do período do Estado Social: a certeza de que, com o mínimo de especialização, as pessoas conseguem as condições para melhorar o seu padrão de vida. A resposta dada pelo doutor à declaração dela é uma confirmação de que essa é uma verdade na organização social percebida na dialogia do texto: “Parabéns, minha filha, você venceu.”. E antes de se despedir, ela diz “Oh, doutor, não diga isso. Estou só começando”, deixando transparecer uma outra certeza – de que o crescimento profissional vinculado ao material serão uma constante dali em diante. A crença nessa verdade, a conquista da profissionalização, e a experiência de ter alcançado a independência financeira transparecem na fisionomia dela, revelando uma autoconfiança em relação à vida e ao futuro, e muito provavelmente é em razão disso que o narrador chama a atenção ao final do texto para a sua aparência e o seu sorriso: “E seguiu-o alegre

---

<sup>59</sup> *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.21.

estampado, a saia curta, as pernas longas e bem esculpidas, o bico fino dos sapatos, o sorriso de dentes alvos no belo moreno carregado no rosto.”. É essa imagem que o doutor vê quando a encontra, e que lhe causa surpresa, confirmando o quanto o trabalho representa um meio de transformação que traz como consequência validação social.

Num outro episódio, a que Drummond intitulou *Debaixo da ponte*<sup>60</sup>, ocorre a tematização do problema da miséria, exclusivamente por meio da voz do narrador. A frase que introduz a narrativa situa o leitor sobre o lugar das personagens na organização social do texto. O narrador diz: “moravam debaixo da ponte. Oficialmente não é lugar onde se more, porém eles moravam.” Nessa afirmação, a partir da palavra “oficialmente”, o autor sugere a co-existência de dois mundos que se opõem – um oficial e um outro não-oficial, inserindo as personagens e os fatos da narrativa numa realidade que não faz parte do mundo oficial. Ao definir o local da moradia, o narrador passa a descrever o mundo não-oficial a partir da ausência dos elementos que pertencem à realidade oficial – “ninguém lhes cobrava aluguel, imposto predial, taxa de condomínio (...) Não pagavam conta de luz e gás, porque luz e gás não consumiam. Não reclamavam contra a falta d’água (...) problema de lixo não tinham; podia ser atirado em qualquer parte ...”. O exame do texto deve ser feito numa perspectiva de negação do sentido afirmado no enunciado inicial, uma vez que o discurso relaciona uma série de obrigações e deveres sociais, que estão atrelados à figura do cidadão plenamente inserido no mundo oficial e essas obrigações, para o cidadão, geralmente representam situações-problema na relação com Estado. Dessa forma, o narrador aborda a questão da miséria construindo um discurso fundado no contrário do que é dito. Esse recurso enriquece os sentidos da narrativa e eleva o nível de dialogismo no texto.

A partir de então, o narrador segue relatando os fatos por meio da ironia, de forma a provocar um atrito semântico entre o mundo formal e a realidade das personagens, que se alimenta das contradições existentes entre essas duas instâncias. Essa dualidade, segundo Bakhtin, produz um discurso intrinsecamente polifônico, próprio das *sátiras menipéias*, gênero que o autor associa à carnavalização, e que se caracteriza por experimentar uma verdade a partir de contrastes e jogos de oposição, para estabelecer uma provocação filosófica, e precisamente por isso Bakhtin reconhece a força transformadora

---

<sup>60</sup> Drummond, C.A. *op. cit.*, p.1599.

que esse gênero carrega<sup>61</sup>.

O narrador vincula a sobrevivência do ser-humano em condição de miséria ao lixo produzido pela sociedade do mundo oficial, mas o faz exaltando as qualidades do lixo, descrevendo-o como fonte de abastecimento: “...podia ser atirado em qualquer parte, embora não conviesse atirá-lo em parte alguma, se dele vinham muitas vezes o vestuário, o alimento, objetos de casa. ”. O texto apresenta um sentido invertido do valor que convencionalmente se atribui à palavra “lixo”. A essa palavra está atrelada a idéia de imprestável e, no entanto, no mundo das personagens esse conceito existe com um sentido de riqueza. Mais uma vez temos uma oposição entre lixo e suprimento, útil e inútil. O autor do texto faz uso de uma fusão do cômico e do sério para tornar o sério acessível por meio do riso, o que, segundo Bakhtin, vai multiplicar as indagações para então desestabilizar e desconstruir uma realidade dada como transparente.<sup>62</sup>

O tom irônico empregado galga patamares mais elevados. O autor apresenta a ponte como residência: “podiam dar esse endereço aos amigos, recebê-los, fazê-los desfrutar comodidades internas da ponte”. A ponte não é apenas uma moradia, mas é tratada como sendo um “endereço”, termo que incorpora uma das características mais elementares da cidadania, direito social expresso em documento constitucional<sup>63</sup> produzido a partir dos paradigmas defendidos pelo Estado Social, no capítulo que se refere especificamente aos direitos e garantias fundamentais do ser-humano. A utilização da palavra “endereço” é significativa, porque atribui um lócus, um espaço particular e reservado ao ser-humano, que lhe dá uma idéia de pertencimento. Ao identificar o lugar público como esse espaço individual, Drummond novamente inverte a lógica do mundo formalizado e acentua a inversão, quando confirma o espaço da ponte como endereço fixo, na medida em que as personagens podem ser localizadas pelos conhecidos, e o descreve como um lugar adequado para receber os amigos.

O assunto da moradia se estende quando surge um amigo, de quem as personagens recebem uma visita. Sobre ele o narrador diz: “um amigo que morava nem ele mesmo sabia onde” e reafirma “mas certamente morava”. No imaginário de uma sociedade que tem uma atitude passiva diante da vida, e que se orienta a partir de valores como

---

<sup>61</sup> *Problemas na poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 114.

<sup>62</sup> *Op. cit.*, 2005, p. 126.

<sup>63</sup> *Constituição da República Federativa do Brasil*. Título II, cap. I, art. 6º.

estabilidade e segurança, uma perspectiva pouco crítica da realidade pode levar à conclusão de que todos compartilham uma mesma experiência de vida, portanto, não há por que imaginar que alguém não more, todo mundo mora em algum lugar. É fato que o tom irônico da narrativa denuncia a existência de uma crítica social por parte do narrador. Mas é bastante possível que, para os que usufruem plenamente dos benefícios de um governo como o do Estado Social, seja difícil enxergar o mundo não-oficial.

O narrador esclarece que nesse mundo não-oficial existem outros lugares de moradia além da ponte e esta representa um lugar privilegiado em relação às demais localizações, provavelmente porque oferece mais proteção e possui mais espaço. De acordo com o texto “nem só a ponte é lugar de moradia... Há bancos confortáveis nos jardins, muito disputados; a calçada, um pouco menos propícia; a cavidade da pedra, o mato. Até o ar é uma casa, se soubermos habitá-lo, principalmente o ar da rua”. A oposição dessa realidade com o mundo oficial é absoluta, chega a ser absurda. Os lugares de moradia relacionados pelo narrador não são admissíveis na esfera da formalidade. E, nesse caso, a crônica, por meio da ironia, denuncia uma subversão de valores que são importantes no discurso do Estado Social.

Nessa existência paralela ao mundo oficial, surge nessa casa-ponte “uma grande posta de carne” trazida pelas mãos do amigo visitante. O autor declara que, na realidade em que a ponte é moradia, a carne é um elemento que pertence ao campo dos sonhos, marcando mais uma vez a diferença entre os dois mundos: “não basta procurá-la; é preciso que ela exista, o que costuma acontecer dentro de certas limitações de espaço e lei”. Na esfera não-oficial, a carne representa um artigo a que as pessoas não têm acesso, tanto que o narrador inverte sentidos: a carne não está sendo trazida pelo amigo; mas o amigo é que era levado pela carne. Essa era uma experiência tão inusitada, que era necessário buscar indícios de que era algo concreto na realidade das personagens – “sentiam a presença física da ponte, o amigo rindo diante deles, a posta bem pegável, comível”.

O lugar de origem da carne é o vazadouro, palavra que resgata o conceito que é atribuído ao lixo no mundo não-oficial, mas em proporções ainda maiores. O narrador faz uma analogia entre o vazadouro e o supermercado, tendo em vista a variedade de itens à disposição. E ainda declara que, para que seja freqüentado adequadamente, há apenas a exigência de que o conhecimento especializado no sentido sensorial do olfato seja

desenvolvido. O autor denuncia a questão da miséria jogando com a perversidade construída pela própria naturalização com que a sociedade geralmente encara esse tipo de situação.

Para que seja feita a refeição, a preparação da carne envolve sal, um outro elemento que também não pertence ao mundo das personagens. Segundo o texto, assim como a carne, o sal apenas se torna concreto “sob determinadas regras”. Um dos amigos sai à procura e naturalmente o encontra em uma lata de lixo. A comida é preparada e saboreada com leite. A história termina com dores estomacais e morte. O narrador ironiza a causa da morte levantando possibilidades, referindo-se a vozes de terceiros que especulam sobre a questão:

“podiam ser dores atribuídas ao espanto de alguma parte do organismo de cada um, vendo-se alimentado sem que lhe houvesse chegado notícia prévia do alimento.” “Dizem uns que morreram da carne, dizem outros que do sal, pois era soda cáustica”. (p.1599)

O riso em torno da morte das personagens traz à tona a questão da cidadania, revelando a negação dessa condição social na vida deles. O tom cômico só é possível através de uma ironia que pressupõe que um despossuído não é cidadão. Não sendo cidadão, é irônico que, ao mimetizar o acesso aos bens da cidadania, o despossuído confunda sal com soda cáustica, e que o corpo sequer reconheça do que está sendo alimentado. A morte das personagens, no final do texto, só é importante na medida em que elas possuem endereço, tanto que o texto termina anunciando que “há duas vagas debaixo da ponte” em aberto para serem ocupadas. A discussão em torno da morte das personagens é descrita em um tom de comentário, sem nenhuma reflexão que envolva a desumanidade da situação em si.

Quando o narrador fala do amigo, a palavra “visita” resgata a imagem burguesa da sala de visitas e é lá que se desenrola a narrativa que incorpora uma utopia social e desafia a lógica do cotidiano, chegando a se tornar inoportuna. Mas curiosamente o riso é produzido a partir de uma situação em que indivíduos não possuem cidadania, mas agem como se fossem cidadãos de classe média, plenamente inseridos socialmente. Essa idéia por trás do riso certamente faz uma denúncia, mas ao mesmo tempo ela revela o paradigma de centralidade de ação do Estado Social, o qual nega a condição de cidadania do ser-humano, na medida em que apenas a partir do provimento do Estado é que se torna

possível a obtenção de cidadania. Se é o Estado que insere e concede cidadania, logo é preciso chamá-lo a solucionar um problema do qual ainda não cuidou.

A narração, até mesmo por uma questão de integridade do gênero da narrativa, mantém o tom da ironia até o final do texto, abrindo a vida para uma existência que ocorre em duplicidade, apontando para o que Bakhtin identifica como uma existência invertida, onde estão suspensas as regras, as proibições que regem a vida normal<sup>64</sup>. Esse recurso discursivo aponta para aspectos da realidade, tal qual ocorre na vida cotidiana. Na arte as personagens não possuem voz própria, o seu local na sociedade informa a situação social de que fazem parte, não há nenhuma característica que revele algum traço de personalidade. Nem na vida, nem na arte, elas são cidadãos. Permanecem sendo seres anônimos, mesmo porque a miséria não tem rosto e as personagens não possuem visibilidade social.

A questão da miséria durante o período de Estado Social nos leva a avaliar qual a relação construída entre exclusão e trabalho na crônica de Drummond. A resposta é o silêncio. O problema da miséria no mundo literário nesse texto não é a falta de trabalho, mas a ausência de assistência social. Esse silêncio com relação ao trabalho mostra o quanto essa questão não representa um impasse social no ambiente urbano do Rio de Janeiro, revela uma posição paradigmática quanto ao sentido da miséria no Estado Social.

Apesar de o mundo das personagens apresentar uma situação de exclusão social, o recurso da ironia acaba dando um sentido onírico à crônica. Quando o narrador descreve o mundo não-formal, sem as obrigações que são próprias do mundo formalizado, nesse caso, permite entrever um sentido idealizado de liberdade que envolve essa ausência de deveres sociais. E a miséria só pode ser glamurizada, se for vista como uma questão de assistência social, que precisa ser denunciada ao leitor, mas também ao Estado, a fim de que se evidencie a existência de uma parcela da população que ainda não passou pelo processo de inclusão. A própria oposição que o narrador faz entre mundo oficial e o não-oficial confirma essa denúncia. Nesse caso, Drummond trata a miséria segundo os paradigmas do Estado Social, acusando por meio da ironia uma inserção que ainda não foi feita.

---

<sup>64</sup> *Op. cit.*, 2005, p. 170.

### **Capítulo 3 – A crise do Estado Social na articulação entre trabalho e literatura**

A crise do Estado Social, que chegou ao seu auge na década de 70, representou uma grande perda de referenciais em todo o mundo. A estabilidade e a solidez que caracterizavam esse modelo estatal não foram suficientes, nos países desenvolvidos, para contornar os seus efeitos e as transformações econômicas e sociais que dela se originaram fizeram com que o mundo do trabalho não apenas mudasse de configuração, mas se deparasse com a incerteza em relação ao futuro, diante da dificuldade de não se poder avançar nas conquistas adquiridas ou, quando muito, de mantê-las.

Do ponto de vista da economia, os fatos que desencadearam o desmoronamento das estruturas do Estado Social começaram a ocorrer já durante o período após a II Guerra Mundial, quando houve um aprimoramento das relações comerciais entre os países, e o mundo ocidental industrializado entrou em uma escala crescente de importação e exportação de bens de consumo. A partir da década de 60, essas operações contribuíram para o surgimento de uma economia transnacional, cujo sistema básico de operação não se limitava às fronteiras do Estado e nem a ele se subordinava. Isso incentivou as grandes empresas industriais a instalarem filiais em outros lugares do mundo, gerando o conceito das multinacionais, as quais resolveram adotar a prática do *offshore*, cujo objetivo era registrar a sede da empresa em paraísos fiscais para evitar o pagamento de impostos e encargos sociais determinados pela legislação de seus países. Muitas dessas novas indústrias estavam estabelecidas em zonas francas, como Manaus, ou eram fábricas de *offshores*, em torno das quais se fundamentava a economia local. A busca de incentivos fiscais para a instalação de seus parques industriais, a possibilidade de empregar mão-de-obra mais barata e o surgimento de um novo mercado de consumidores, levou as multinacionais a investir no Terceiro Mundo. Como resultado dessas políticas de gerenciamento, o mercado de trabalho estruturado durante o período do pós-guerra e consolidado no Estado Social sofre transformações profundas, em vista do surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, que começou a substituir o modelo anterior, ameaçou a estabilidade dos trabalhadores organizados no primeiro mundo, porque os

empregos foram transferidos para outros países em que essas empresas abriram filiais e, posteriormente, enfraqueceu a ação de seus sindicatos. O “acordo” entre capital, trabalho e Estado ficou abalado diante da transferência das empresas.

Com a crescente globalização da economia, a produção se torna também globalizada, e os estados nacionais perdem o controle sobre o mercado, o que naturalmente permitiu que a balança pendesse a favor da concentração de capital. Sobre esse período, Hobsbawm explica que os dólares acumulados no mercado exterior, em virtude dos investimentos das empresas americanas em outros países e dos gastos militares e políticos do governo dos EUA para manter a guerra do Vietnã, passaram a representar um relevante instrumento financeiro destinado, principalmente, a empréstimos de curto prazo, sem estar atrelado a qualquer controle. Essa prática fundou um mercado global baseado no dólar, cujo crescimento alcançava marcas sem precedentes, incentivado pelos investimentos que buscavam lucro rápido, razão pela qual os governos perderam controle de suas taxas de câmbio e do dinheiro que circulava pelo mundo, entrando em um longo período de instabilidade econômica, que exigiu a revisão dos fundamentos do Estado Social<sup>65</sup>. Ao refletir sobre as conseqüências que esse conjunto de fatores trouxe para a economia e sobre os reflexos da crise para o mundo do trabalho, KURZ explica esses acontecimentos da seguinte maneira:

“A economia privada avança todos os limites, mas o Estado permanece – de acordo com a sua natureza - restrito às fronteiras territoriais. (...) Quando a política deseja impor limites à ação desenfreada do mercado, as empresas globalizadas logo ameaçam com um “Êxodo do Egito”. Isso vale também para as imposições ideológicas (...) O capital das empresas não integra mais o estoque do capital nacional, mas se internacionaliza. E isso é apenas o início de tal processo.” (1998, p.138)

Na década de 70, o sistema ficou superaquecido com a expansão da economia, e o mundo presenciou uma enorme instabilidade monetária, o colapso no sistema financeiro e a crise do petróleo. Mesmo com esses acontecimentos, Hobsbawm declara que não se esperava o fim do Estado Social, que alcançou o seu auge na década de 50 até meados de 60, período que ficou reconhecido como sendo a Era de Ouro, mas acreditava-se apenas se tratar de mais uma crise temporária, quando, ao ser superada, a economia pudesse novamente voltar ao antigo crescimento. No entanto, já na primeira metade da década, quando a produção industrial nos países desenvolvidos sofreu um decréscimo de 10% em

---

<sup>65</sup> *Op. cit.*, 2001, p. 372.

um ano e, conseqüentemente, deixou desestruturada a economia global, ela significou o encerramento do período de bem-estar social. O crescimento econômico no mundo capitalista desenvolvido continuou, mas num ritmo muito mais lento do que durante a Era de Ouro e alcançou índices proporcionalmente menores, se comparados com o crescimento dos pagamentos dos benefícios sociais no mesmo período, os quais chegavam a corresponder a 50% das despesas dos Estados. O desequilíbrio na balança de pagamentos dos governos exigiu que medidas drásticas fossem aplicadas à economia e as idéias neoliberais surgiram como opção para lidar com as dificuldades econômicas em que se encontravam os Estados. As novas medidas forçavam contra as políticas assistenciais e os sistemas corporativos nas relações de trabalho com a indústria.

A solução encontrada pelos empresários e pelos Estados para lidar com esse período de crise foi trágica para o mundo do trabalho<sup>66</sup>: a fim de eliminar custos e implantar um modelo de produção mais eficiente, as indústrias se empenharam em substituir a maior quantidade de força de trabalho humana possível pelas máquinas, e a revolução tecnológica que se estendeu para o setor agrícola praticamente inutilizou a mão-de-obra rural, liberando um contingente de pessoas despreparadas para assumir quaisquer das funções típicas da era da informação. A conseqüência foi desemprego em massa; mas, com o otimismo baseado da experiência da Era de Ouro, apregoava-se que o crescimento da economia, viabilizado pela transformação tecnológica nos parques industriais, criaria empregos mais que suficientes para a quantidade de desempregados. No entanto, o desemprego crescente revelou ser resultado de mudanças na estrutura do antigo modelo de organização do trabalho e, mesmo nos países em que o custo do trabalhador era baixo, a economia de mercado não gerou novos empregos na mesma proporção em que o trabalho humano era dispensado.

“... embora a economia mundial capitalista florescesse, não estava tranqüila. Os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em grande parte eliminara durante uma geração – “pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade – reapareceram depois de 1973. O crescimento foi, mais uma vez, interrompido por várias depressões sérias...”<sup>67</sup>.

Mas, uma análise econômica da crise do Estado Social mostra ser uma perspectiva

---

<sup>66</sup> Hobsbawm, E. *Op. cit.*, p.391.

<sup>67</sup> *Op. cit.*, p.396.

que a reduz à falta de recursos financeiros para continuar cumprindo o papel de interventor social. A teoria política de Luhmann observa que a formação do Estado Social se baseou no *princípio da compensação*, que se volta para as desigualdades individuais provocadas por um determinado sistema de organização social, e cuja lógica compreende que todas as desigualdades precisam ser compensadas. O autor indica que a lógica desse princípio tende a se universalizar porque o surgimento de novas necessidades se dá num processo constante que não encontra limites de satisfação “quando tudo deve ser compensado, deve-se conceber a necessidade de compensação do próprio compensar.”<sup>68</sup> Em vista dessa lógica expansiva, universalizante, e de crescente demanda da sociedade por serviços, exigiu-se do Estado um aparelhamento gradativamente maior, fato que provocou o endividamento do poder público e o Estado Social, que se colocou em uma posição de centralidade para organizar a sociedade e transformar a realidade de desigualdade social, deparou-se com desafios infinitos advindos da necessidade de providenciar todo tipo de inclusão individual.

Precisamente por isso, Carvalho Neto observa que essa crise corresponde ao reconhecimento dos limites da proposta de compensação das desigualdades sociais, em virtude de um paradoxo que acompanha o princípio da compensação – sempre que se faz uma inclusão, gera-se uma nova situação de exclusão. Portanto ele analisa que a crise não se configurou a partir de problemas exclusivamente fiscais ou administrativos; mas, foi resultado, sobretudo, de um déficit de cidadania e de democracia<sup>69</sup>. A crise de cidadania é consequência do clientelismo que decorre da própria concepção do Estado Social, que redundou na redução do envolvimento das pessoas nos processos deliberativos da sociedade, a tal ponto de a participação política popular se restringir quase exclusivamente ao voto. Além disso, a especialização e a burocratização tornaram a estrutura governamental hierarquizada e impessoal, provocando o distanciamento crescente entre Estado e indivíduo. O déficit de democracia surge da posição de centralidade assumida pelo Estado Social, ao tomar para si toda a responsabilidade social. No entanto, segundo Niklas Luhmann, a sociedade atual é marcada pela especialização em funções, o que caracteriza a sua complexidade, e impede que ela possa ser organizada a partir de um

---

<sup>68</sup> Luhmann, Niklas. *Teoria política em el estado de Bienestar*. Madrid: Alianza Universidad, 1997, p.32.

<sup>69</sup> “A hermenêutica constitucional sob o paradigma do Estado Democrático de Direito”. In: Cattoni, M.A (coord). *Jurisdição e hermenêutica constitucional no Estado Democrático de Direito*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, pp. 34-35.

centro ou fundamento. Portanto uma proposta baseada na centralidade nega a complexidade da sociedade e se constitui em um paradoxo que não poderia se sustentar perpetuamente. E os valores associados a uma idéia de estabilidade são construídos por sociedades que possuem um fundamento, um vértice em torno do qual se regula a organização social, como, por exemplo, acontecia com as sociedades pré-modernas. Apenas em tais modelos de sociedade o risco e a contingência não são considerados, por isso é possível pensar em permanência de valores, a partir de um sentido de a-temporalidade.

O fato é que o Estado não teve condições de dar conta das necessidades que se apresentavam e as pessoas começaram a perceber que a esfera pública era muito maior do que o Estado conseguia abarcar e organizaram entidades e associações civis para reivindicar e atender demandas que não poderiam ser resolvidas pela via judicial, nem poderiam ficar restritas à deliberação de políticas estatais, sob pena de não serem atendidas. Além disso, quando o Estado apresenta soluções, estas são construídas dentro da estrutura hierarquizada, e muitas vezes sem a participação popular, o que leva a uma redução de opções, e conseqüentemente de democracia. A própria racionalidade dos burocratas e tecnocratas, colocada em ação nos planejamentos econômicos e nos programas criados para atender as necessidades individuais, foi questionada pela própria existência da crise; assim como também foi colocada em dúvida a capacidade desse modelo de Estado para controlar adequadamente períodos de tensão, como os ocorridos na crise financeira de 1970 e de 1979 e na do petróleo em 1973.

A crise do Estado Social assume proporções ainda maiores no Brasil, uma vez que o processo de inclusão desencadeado pelas políticas do Estado Social encontrava-se em andamento, mas havia ainda um déficit com relação aos requisitos mais fundamentais para a concessão de cidadania no país. Na década de 80, essa situação foi agravada pela estagnação da economia, que nos últimos anos vem obtendo índices de crescimento constantemente baixos ou medianos, em torno de 1,5% ao ano. O país passou por períodos econômicos críticos, com altíssima inflação da moeda, crescimento da dívida interna e externa, elevação nas taxas de juros – os quais provocaram a queda dos investimentos internos e a recessão – os recursos externos se tornaram escassos, os parques industriais se desorganizaram e inúmeros planos econômicos foram implantados para que houvesse estabilidade e crescimento novamente. Mas a população do país dobrou e os níveis de

pobreza e miséria aumentaram; as cidades, e principalmente os grandes centros urbanos, viram subir a quantidade de sem-tetos e pedintes, num claro indicativo de que a desigualdade ficou ainda maior<sup>70</sup>.

A desigualdade social, que já era muito grande, alcançou índices mais elevados, o contingente de pessoas que vivia do trabalho informal, de subemprego ou que eram desempregadas foi incrivelmente ampliado. O número de desempregados nas famílias de classe baixa cresceu 77% em dez anos e, no segmento metalúrgico dos transportes, por exemplo, o desemprego atingiu mais de 47% dos empregados. Se, de 1940 a 1970, a cada sete postos de trabalho em dez eram formalizados, nos anos 90 esse número se reduz para um a cada dois postos, chegando a alcançar mais de 50% da força de trabalho no país<sup>71</sup>.

A ideologia do desenvolvimento acabou sendo abandonada pelo discurso nacional e poucas vezes se faz a associação do crescimento econômico ao acesso das camadas mais pobres aos benefícios que dele resultam. Ser pobre, atualmente, não representa uma condição temporária, como significou durante o período de Estado Social, ao contrário, a pobreza é compreendida como sendo parte constitutiva dos problemas do país, e os programas desenvolvidos para minorá-la são considerados intrínsecos ao processo econômico.

A tendência do mercado produtivo, hoje em dia, é diminuir a quantidade de contratos estáveis e especializados e, portanto, o número de pessoas empregadas de forma precarizada, em serviços terceirizados, subcontratos, contratos temporários e de tempo parcial, informalizados e outras formas semelhantes de regimes de emprego tem aumentado. Outro problema decorrente da crise é o processo crescente de exclusão do mundo do trabalho, tanto do público jovem, pela falta de formação, como das pessoas com mais de 40 anos, que são consideradas “velhas” por se acreditar não serem aptas a corresponder ao perfil do trabalhador de especialização flexível.

Ao considerar a situação em que se encontrava o mercado de trabalho brasileiro nos anos 90, Mário Theodoro faz uma avaliação preocupante quanto ao futuro, uma vez que se esperava para essa década uma demanda de cerca de 1,5 milhão pessoas para entrar

---

<sup>70</sup> Theodoro, M. *op. cit.*, p.101.

<sup>71</sup> Pochmann, M. “Desempregados do Brasil” In: Antunes, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

no mercado de trabalho<sup>72</sup>. Hoje a informalidade crescente abarca quase 57% dos brasileiros ocupados, a precarização das relações de trabalho se estende pelos diferentes segmentos produtivos e de serviços, acentuando um processo cujas origens se remontam, quando menos, ao século XIX.

### **3.1 – A crise do trabalho na contemporaneidade vista na literatura de Luiz Ruffato**

A fragmentação que tem sido vista na sociedade encontra espaço na literatura contemporânea. *Eles eram muitos cavalos* é um romance escrito com o objetivo de retratar um dia nas vidas dos que vivem em São Paulo e experimentam os limites dessa fragmentação. Os fragmentos que constituem o romance parecem *flashes*, fotografias de personagens comuns da cidade, captadas durante sua jornada corrida e alucinante, própria do caos urbano dessa metrópole. Por meio desse objeto estético, o autor apresenta personagens inacabados, com discursos convergentes e divergentes ou mesmo complementares. O pano de fundo dos fragmentos é sempre a cidade, seu movimento, seus sons, seu ritmo.

Os fragmentos selecionados para serem analisados se caracterizam por se vincularem a gêneros que possuíam pouco espaço na estética tradicional, mas que, na obra de Luiz Ruffato, sob o pano de fundo urbano, ganham voz, fazendo parte do sons da cidade, interagindo com os pessoas que nela circulam. Ao primeiro contato, as histórias chamam a atenção para a desmedida violência cosmopolita, para a injustiça social e para o mundo do consumo, dando a ver uma forma de realismo que simplesmente resvala para a brutalidade da realidade urbana, mostra a banalidade da vida.

Mas é possível fazer uma leitura para além dessa perspectiva, quando analisamos que os problemas contemporâneos do mundo do trabalho surgem como tema na maior parte das histórias. Muitas das personagens, com toda a diversidade em que aparecem no texto, estão ligadas ao mundo do trabalho conformado atualmente por uma classe trabalhadora que se apresenta cada vez mais como uma estrutura descentrada, uma vez que atualmente essa categoria engloba os empregados, os trabalhadores na informalidade, os

---

<sup>72</sup> *Op. cit.*, 2004, p.105.

desempregados, os subempregados, entre outras caracterizações. É significativo que Ruffato aborde os impasses contemporâneos da questão do trabalho no espaço da cidade de São Paulo, porque ela representou, por muito tempo, no imaginário da sociedade brasileira, o lugar das oportunidades de ascensão social pela via do trabalho.

O fragmento *De cor*<sup>73</sup> abre a narrativa com uma imagem de três pessoas caminhando ao longo do acostamento de uma avenida, de madrugada, em direção ao trabalho. A madrugada é o horário de deslocamento do trabalhador. Apesar dos carros que cruzam a avenida, o barulho e o movimento da cidade se intensificam com a rotina diária que move o trabalhador. Nesse texto, a personagem que o narrador coloca em evidência é um menino: “O menino tem dez-onze anos, embora, franzino, aparente bem menos.”. Ele aparece na narrativa acompanhando o pai e um conhecido-de-vista numa caminhada:

“Vêm os três, em fila, pela trilha esticada à margem da rodovia. A escuridão dissolve seus corpos, entrevistados, na escassa luz dos faróis dos caminhões, dos ônibus e dos carros que adivinha a madrugada. Caminham, mato alto e seco roça as pernas de suas calças.”(EEMC, p.14)<sup>74</sup>

Mais à frente, no decorrer da narrativa, o narrador tem o cuidado de esclarecer a posição que cada um deles ocupa na fila, de onde se extrai uma curiosa hierarquia: o menino vai à frente, o pai no meio, o rapaz atrás. A organização espacial das personagens nessa fila confirma o destaque que o narrador dá ao garoto no texto. Considerando que o fragmento é uma cena relacionada a trabalho, elevar o menino a uma posição de destaque pode ser considerado um recurso para chamar a atenção sobre uma situação que deveria causar estranhamento: um menino no mercado de trabalho.

É um menino calado e, segundo a opinião do pai, durante uma conversa com o “conhecido-de-vista”, o garoto é também “asselvajado”. Essa característica incomum pode sugerir certa timidez, tendo em vista que a referida palavra surge no seguinte contexto: “- Ele não é de falar não, né? Ô menino! Ô! / - É... Ele é mei caladão... Asselvajado...”. No entanto, não se pode ignorar que a palavra “asselvajado” é lançada não apenas num sentido que contraria as normas de educação social, mas abre para a possibilidade de considerar que no menino havia um sentimento de rebeldia contra a conformação que o mundo tenta submeter as pessoas e talvez a ele mesmo.

<sup>73</sup> Ruffato, L. *Eles eram muitos cavalos*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.14.

<sup>74</sup> A abreviatura EEMC refere-se à obra literária *Eles eram muitos cavalos*.

A construção dos indícios que esclarecem sobre o que se passa na consciência do menino só podem ser extraídas das informações fragmentadas de experiências de vida que ajudaram a forjar a personalidade desse garoto. Nesse caso, o texto deixa entrever que a vida da personagem, até então, situa-se num ambiente familiar de muita dificuldade financeira. Essa dedução é feita a partir da resposta do pai ao “conhecido-de-vista” quando quis encorajá-lo na caminhada: “Pode sim. Tem dez anos que vou a pé. É uma economia danada no fim do mês...”. É importante notar pela marcação do tempo - “dez anos” - que a experiência do trabalho na vida desse pai não significa uma mudança de realidade financeira, o trabalho se revela como uma rotina sem esperança de melhora.

Essas pequenas afirmações são suficientes para inserir a personagem e a sua família num contexto social de pobreza e revelam o quão precárias são as condições de trabalho do pai: não existe benefício que financie o transporte até o serviço, uma proteção comum aos empregos que estão amparados pela formalidade e possuem carteira de trabalho assinada. Além disso, verifica-se que o salário do pai sempre foi insuficiente, tanto que o custo da passagem de ônibus faz falta à sobrevivência da família. Essa situação representa um retrato de mundo do trabalho em que predomina o subemprego e a informalidade.

Há um outro dado no texto que confirma a experiência de dificuldade financeira da família. Esse menino poderia ser um garoto pobre como qualquer outro, não fosse uma observação que o narrador faz sobre ele: “... largou a escola, vende cachorro-quente – com molho de tomate ou de maionese – e coca-cola em frente à firma onde o pai trabalha. À noite, guarda o carrinho no pátio da empresa, os vigias tomam conta.”. Essa é a forma que o narrador utiliza para criar uma imagem incômoda, que induz a um questionamento: trata-se de um menino com onze anos, no máximo, que, segundo o narrador, aparenta ter menos ainda, mas já está fora escola, porque trabalha, o dia inteiro, numa função caracterizada como subemprego, para complementar a renda da família.

O excerto acima coloca a escola, definitivamente, fora das prioridades estabelecidas pela família do menino, na contramão de todo o esforço nacional em direção à escolarização infantil, discurso que elevou a escola à posição fundamental na formação da criança, pelo menos oficialmente. Não importa se a personagem demonstra ser inteligente, o orçamento familiar é o item que encabeça a lista de preocupações dessa

família, e nesse sentido a escola não apenas pode ameaçar com novas demandas de gastos, ainda que mínimos, como também consome o tempo em que o garoto poderia estar ajudando a ganhar algum dinheiro.

A atitude que a família tomou em relação a esse menino pode ser explicada a partir de um conjunto de idéias fundamentado no critério de utilidade/ instrumentalidade, muito presente na lógica do mundo do trabalho: o resultado final, o capital, justifica a violência contra a natureza para que se obtenha o material desejado. Esse pensamento que reduz tudo à lógica do capital e isso implica rebaixar todas as coisas à categoria de meios, mas a consequência disso é que as coisas perdem a noção de significado e de valor intrínseco, inclusive o homem. É exatamente essa perda de significação que se identifica na história da personagem, que é colhido cedo e reificado, porque tem mais valor como força de trabalho, ainda que sem formação alguma.

Apesar de a família não priorizar a formação escolar do menino, o narrador revela que, sob a ótica do pai, a característica que mais valoriza a personagem principal é a habilidade que o garoto tem de decorar os nomes de todas as cidades do Brasil e situá-las corretamente nos seus respectivos estados. Esse conhecimento leva o leitor a questionar sobre qual seja a sua origem e o que o estimula a cultivar esse saber. Em função da habilidade do menino, o pai afirma com orgulho: “- Esse aí vale ouro, diz, orgulhoso, o pai, tentando vislumbrar a feição do companheiro, que ofega asmático às suas costas, pés farejadores. É uma inteligência!”.

Durante a caminhada em direção ao trabalho, quando os dois adultos entabulam esta conversa desencadeada pelo pai do menino, o texto deixa entrever que o pai do garoto se preocupa em identificar qual é a reação do rapaz ante a exibição da habilidade do filho. O objetivo da abordagem não se deve apenas à necessidade de entabular uma conversa, mas também se deseja impressionar o companheiro para confirmar a habilidade do garoto. E, finalmente, ao constatar o valor do menino, dando-se por vencido, o rapaz acaba sugerindo que o garoto seja levado para participar dos programas de perguntas e respostas que a televisão veicula. Mais uma vez o critério da utilidade parece nortear o pensamento dos dois homens. Diz o texto:

“- Já pensou em levar ele na televisão?

- Heim?

- É... naqueles programas que as pessoas vão responder as coisas..
- Televisão?
- Televisão...
- Dá dinheiro, né?
- Ô, sê!
- [...]
- Televisão...” (EEMC, p.15)

Até então, apesar da necessidade de exhibir o menino, tinha-se a impressão de que se tratava de um pai honestamente orgulhoso de seu filho, mesmo porque se percebe que o pai acha surpreendente o conhecimento do garoto, mas não vê que utilidade possa ter esse saber. Com a sugestão do rapaz, ele começa a dar uma destinação prática a esse conhecimento, visualizando uma forma de explorá-lo com possibilidade de lucro. Talvez essa seja a razão da repetição da palavra “televisão” ao final do texto, inclusive com significados diferentes. Inicialmente, essa palavra aparece com o seu valor referencial, quando proferida pelo rapaz; mas, nas ocorrências seguintes, que refletem o pensamento do pai, ela é escrita em itálico, seguida de reticências, como se já ocupasse a dimensão do sonho.

Apenas nesse momento é que o pai parece construir alguma expectativa quanto ao futuro do filho, ignorando, no entanto, que o menino possui outros planos para si mesmo. A expressão desse sonho é um momento que se destaca no texto, porque as personagens que falam espontaneamente no romance são o narrador, o pai e o rapaz. O menino só responde quando interpelado, e mesmo assim dá informações que não dizem respeito de si mesmo. É nesse pensamento que se pode captar uma pequena, mas importante fração do interior desse menino. É quando ele se mostra: “...Quando crescer, perder-se Brasil afora, sonha caminhoneiro.” Essa descoberta sobre o sentimento do menino vem ao encontro daquilo que nos ensina Bakhtin: “Não é possível representar adequadamente o mundo ideológico de alguém, sem lhe dar sua própria ressonância, sem descobrir suas palavras.”<sup>75</sup>

Pode-se então perceber o quanto esse sonho tem estreita ligação com o conhecimento que ele demonstra ter, o que estimula uma suposição na direção de que é o sonho que alimenta o saber. No entanto, é difícil deixar de notar que os sonhos de um menino tão novo também não passam pela escola. Será que esse conhecimento que ele

---

<sup>75</sup> *Op. cit.*, 2002, p. 134.

cultiva tem origem na escola ou é um produto da vida, um saber prático? O texto não dá elementos para responder essa pergunta, mas, infelizmente, por meio dessa situação, deixa-se subentendida uma grande mudança de valor quanto à ideologia do trabalho na atualidade: a escola perdeu espaço e centralidade como forma de acesso ao mundo do trabalho e de ascensão social.

Esse problema que envolve a formação profissional encontra exemplo na situação das demais personagens do texto: O pai tem um emprego, “dirige uma empilhadeira numa transportadora no Limão”, um bairro de classe média-baixa da cidade de São Paulo. O rapaz - o “conhecido-de-vista” que segue pai e filho pela rodovia - tem mulher, está desempregado, “aceita qualquer empreitada, *o negócio tá feio*”. A atividade mecânica que o pai do menino exerce há dez anos exige alguma especialidade, algum treinamento e pouca escolaridade. O rapaz vive uma situação de desemprego, muito provavelmente por não ter qualificação profissional.

O texto não apresenta perspectivas de qualificação para nenhuma das personagens: o mundo do trabalho na contemporaneidade, representado no texto, não apenas reduz possibilidades de sobrevivência do trabalhador, mas também aliena as suas potencialidades intelectuais. Esses são problemas comuns no âmbito do trabalho informal. Segundo estudos do Ipea<sup>76</sup>, no que se refere à escolaridade dos trabalhadores que estão na informalidade, há um consenso nos resultados encontrados na literatura nacional de que estes apresentam, em média, menos anos de estudo que os assalariados formais.

O texto denuncia a situação de todas as personagens, ainda que tenha trazido a figura do menino e de seus problemas para o primeiro plano. O narrador dá voz a elas, mas não lhes dá um nome e limita-se a descrevê-las simplesmente da seguinte maneira: “São pai e filho e um rapaz, conhecido-de-vista, que, encorajado,(...) resolveu acompanhá-los”. Esse modo de descrição destaca apenas a natureza de seus relacionamentos, revelando laços familiares e de amizade, além disso o anonimato das personagens despersonaliza a situação, lançando-a para um contexto social generalizado.

O único elemento que aparece nomeado no texto é um objeto tão apreciado no mercado do consumo, cujo símbolo é um dos mais representativos dentre os outros produtos que lhe fazem concorrência: o menino não vende cachorro-quente com

---

<sup>76</sup> Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

refrigerante, ele vende **coca-cola**. É uma provocação do narrador, que nos leva a considerar se seu objetivo não seria denunciar, por meio desse mecanismo, a inversão de valores que experiencia a sociedade contemporânea, em que os itens de consumo, muitas vezes, são mais importantes que as pessoas.

Sem dúvida, na essência do texto encontramos o mundo do trabalho e a sua capacidade de reificar as personagens e reproduzir essa reificação, como no caso do menino e a forma como a família lida com a existência dele no mundo. A impressão que o leitor tem durante a narrativa é que os problemas e as dificuldades que envolvem as personagens foram, de maneira geral, naturalizados até por elas mesmas, porque dessa forma parece ser mais fácil conviver com o problema. Quanto ao narrador, percebe-se um tom de desencanto, reforçado pelo caráter fotográfico do texto, como se a situação das personagens fosse permanente e não mais temporária.

O texto não estabelece juízo de valor para os acontecimentos, nem para a situação econômico-social de nenhuma das personagens, e muito menos para a maneira como elas se relacionam. O narrador deixa todos esses julgamentos em aberto para reflexão. Ainda que possa se reconhecer no texto algum indício de sonho e de esperança, eles não estão associados às instituições do Estado. A mídia, representada pela televisão, parece ser o recurso mais eficiente de garantir conforto material aos olhos das personagens. De qualquer forma, se há esperança, fica claro que ela existe apenas para o menino, essa possibilidade não está ao alcance dos dois adultos.

Um outro fragmento escolhido é *Fran*<sup>77</sup> retrata um dia na vida de Françoise, uma atriz que no passado conseguiu trabalho em pequenos papéis na televisão e em comerciais, mas que está desempregada e se tornou alcoólatra. O mercado de trabalho para ela representa um desafio porque vive um momento em que não aparecem oportunidades e ela se vê tendo dificuldade de se manter inserida no circuito das contratações. Diante dessa circunstância, Fran sofre com a insegurança de estar envelhecendo e com a ausência de novos papéis para interpretar. O texto revela as várias dimensões que essa insegurança assume ao longo do dia, mostrando o grau de depressão em que ela se encontra por não ter conseguido ainda êxito na carreira.

---

<sup>77</sup> Ruffato, L. *op .cit.*, 2005, p.34.

A insegurança de Françoise se manifesta inicialmente na aparência. Mesmo que ela reconheça possuir um corpo muito bonito, adequado aos padrões de beleza da mídia, ela se olha no espelho, logo de manhã, não gosta da imagem do rosto, porque parece envelhecida e cansada, encontra defeitos, e depois, até mesmo para se proteger emocionalmente, releva esses defeitos. Observa o corpo, orgulha-se dos seios, da falta de estrias, da ausência de gordurinhas ou celulites e, finalmente, confirma na frente do espelho que continua sensual, vê que a sua aparência representa um aspecto positivo, que a favorece e aumenta as suas possibilidades de contratação. Mas se observa de forma fetichizada, como se avaliasse o aspecto mais importante de sua essência e dessa forma avalia que continua sendo um produto de boa imagem para o mercado.

No texto, Françoise canaliza toda a sua preocupação para o impasse em que se encontra a sua carreira profissional, colocando-a numa posição de centralidade em relação a sua existência. A crise na carreira traz como consequência uma perda de identidade, que é acentuada pela solidão. Essa solidão é uma marca constante em todo o texto. Fran veio do interior do Rio de Janeiro para realizar o sonho de ser atriz, mas não há indícios de amigos, de apoio familiar, nem de qualquer companhia no apartamento em que mora. Os vizinhos são apenas conhecidos de vista, um casal de japoneses com dois filhos, por quem ela demonstra desconfiança e irritação. As relações interpessoais descritas no texto são apenas as comerciais.

A espera pelo telefonema do empresário, telefonema no qual ela deposita a sua esperança de trabalho como atriz, atormenta-a e a desestabiliza emocionalmente: ela joga objetos no chão, entra em desespero, tenta controlar-se numa gangorra emocional. Esse desequilíbrio se materializa para o leitor em virtude do recurso das vozes, conforme explica a teoria em Bakhtin, que fazem parte do fluxo de consciência desencadeado no texto. Essas vozes acabam revelando a essência conflituosa da personagem diante de uma realidade social que não inspira segurança; ao contrário, a multiplicidade de vozes reflete o caráter contingente e contraditório dessa realidade.

O tempo psicológico marca o texto. Fran várias vezes conversa consigo mesma para adquirir autoconfiança, como se fosse uma pessoa que observasse a situação de fora. Imagina, por exemplo, o desastre que seria se não estiver sóbria e equilibrada quando o telefone tocar e pensa: “Calma, meu bem, calma. O telefone vai tocar, Fran, já já. E você precisa estar lúcida. Lúcida! Já pensou?, Alô!, Aqui é a Fran, e ploc!”. Durante esse delírio ela faz associações com o próprio estado de degradação profissional, mas também busca

nas reminiscências da infância a segurança para manter o equilíbrio. Lembra do passado, fazendo menção a uma das empresas de mídias mais importantes do país, cuja marca significa status - Rede Globo – quando nela trabalhou “em papéis secundários, pontas em especiais, aparições rápidas em programas dominicais”. Segundo o narrador, ela chegou a ser reconhecida na rua pelos pedestres, que às vezes lhe perguntavam se ela não era da televisão, mas diante dessa recordação ela reage com desesperança, como se não fosse mais possível considerar a televisão como opção: “Televisão... Televisão é pra poucos, pra uns”.

No desespero em que Fran se encontra, ela considera a possibilidade de aceitar convites de trabalho em filmes eróticos, mas rapidamente se escuta afastando esta idéia: “Paciência. Nada de apelação.”. Na tentativa de racionalizar seu fracasso, o narrador declara que ela recorreu a terapias alternativas, que disseram ser o seu problema uma questão de carma. Para aumentar a energia, uma numeróloga reescreve o seu nome com 2 enes: Franncine. Por meio de meditação e reiki, ela consegue libertação de dores físicas do passado e tenta manter a estima por meio da leitura de livros de auto-ajuda. A necessidade de sucesso e reconhecimento profissional é intensa e pode ser identificada na angústia da personagem, mas essa necessidade também se revela na seleção de leitura a que Fran se dedica - um dos maiores best-sellers de auto-ajuda da contemporaneidade consta nomeado no texto: “As sete leis espirituais do sucesso” de Deepak Chopra.

Nesse texto a subversão dos valores da sociedade quanto aos itens de consumo aparece de forma muito acentuada. A empresa Rede Globo, ao mesmo tempo em que significa frustração, é também o sonho da atriz. A relação de trabalho no passado não deixa de representar uma associação de imagens que serve confirmar o seu valor enquanto profissional. Um outro elemento importante para consumo, que marca o status social de uma pessoa é o lugar da moradia. Fran mora em um apartamentinho no bairro de Jardim Jussara, característico de pessoas de classe baixa, mas quando lhe pedem o endereço, diz que se localiza no bairro de luxo do Morumbi, na tentativa de se apropriar de uma imagem de sucesso, sem no entanto se dar conta do quanto ela própria é escravizada por essa imagem. Nesse ponto, não se pode deixar de observar que ela mesma se vê como um produto, ainda que descartado.

Durante todo o texto, ela checa se o telefone está funcionando, com medo de perder a ligação de seu empresário, mas o celular dele está sempre desligado e a secretária

mais uma vez anota o recado. Pensa no empresário: “Ah Augusto, velho Augusto, bom Augusto...”. A repetição do nome e os adjetivos parecem estabelecer uma conexão emocional que deveria produzir calma, ainda que a recusa em falar com ela signifique um rompimento nessa conexão. O texto termina com a interrupção da oração final, no momento em que a secretária iria pronunciar alguma palavra do tipo “tranqüila”, “despreocupada”, “sossegada”, ou outra coisa semelhante. Mas o estado de espírito dela não permite que o sentido que essas palavras encerram seja enunciado. A forma como o texto é estruturado, com a voz do narrador sendo constantemente interrompida pelo fluxo de consciência da personagem mostra um mundo caótico, sem causalidade. Poderíamos afirmar que o texto é a descrição literária do como Luhmann descreve a contemporaneidade.

Fran aborda o problema profissional por meio de uma multiplicidade de razões de toda natureza – beleza, karma, meditação, reiki, numerologia, ausência de oportunidade para realizar o seu sonho profissional -“Nunca sorteda nas graças do diretor certo, do ator certo, do produtor certo, do empresário certo.”. Na tentativa de encontrar uma causalidade, ela se perde e fica evidente um sentimento de mal-estar diante da impossibilidade de achar umnexo causal, uma explicação para o que lhe acontece. Essa é uma condição própria da modernidade, geralmente presente nos textos de Ruffato.

No episódio 41 do livro intitulado *Táxi*<sup>78</sup>, um passageiro que visita São Paulo entra no veículo e qualquer declaração sobre o trajeto a ser feito fica subentendido apenas pelo discurso do taxista. A única voz ouvida em todo o texto é a do taxista, o passageiro é um ouvinte passivo durante a viagem, um personagem anônimo, o narrador não lhe dá palavra ou movimento, a sua participação se restringe ao que pode ser inferido da relação comum de serviço entre taxista e passageiro.

O discurso que o taxista desencadeia a partir da entrada do passageiro no carro, ou mesmo a seleção dos assuntos, não sofre nenhuma interferência do ouvinte. Os assuntos abordados não refletem nenhuma causalidade. O protagonista fala do trânsito e do engarrafamento em São Paulo, de filmes antigos, do retrato de Victor Mature pendurado na parede da sala, da experiência desagradável de ter assistido um filme pornográfico e da família. Apesar de estar presente no veículo e ser o destinatário da comunicação estabelecida pelo taxista, não se pode nem afirmar que o passageiro realmente esteja

---

<sup>78</sup> Ruffato, L. *op. cit.*, 2005, p. 84.

prestando atenção na voz do locutor, muito provavelmente o discurso do taxista lhe seja indiferente. O anonimato e o silêncio desse personagem nos levam a questionar acerca da solidão que envolve a atividade do protagonista do texto, nem o comportamento distante do passageiro intimida a aproximação e o desenvolvimento do discurso do taxista, portanto estabelecer contato parece ser uma necessidade.

O taxista abre o diálogo falando da cidade, que representa o seu espaço de trabalho e faz referência à dificuldade do trânsito de São Paulo, que apesar de fazer parte da rotina profissional da personagem, parece ser algo difícil de ser naturalizado, uma vez que ele narra que a sua inquietação com relação a esse assunto já alcançou a dimensão do sonho, em que surge a imagem da cidade completamente engarrafada, numa situação de impossibilidade de locomoção – como algo semelhante a um pesadelo.

Quando a personagem aborda o tema da família, ele começa com o gênero e logo esclarece a sua profissão e o lugar onde trabalha, como uma identidade – “Ele trabalha de operador de off-set no Estadão”. Outro fator que valida o gênero é o fato de ter construído com muito esforço uma casa “lá na Praia Grande é boa, espaçosa, colada na praia”, onde a família e os amigos têm liberdade para se reunirem nos fins de semana. Percebe-se no texto o sentimento de aprovação que ele tem para com o rapaz, porque lhe elogia o esforço, a visão e a responsabilidade em vista de ter planejado e colocado em ação a construção de um patrimônio, que no mínimo representa garantia de segurança e moradia, símbolo de estabilidade de vida. Em vista disso, o taxista declara sobre o gênero:

“E saber que ele construiu ela praticamente sozinho.”, “... ainda quando solteiro comprou o terreno.”, “Como não tinha dinheiro, ele murou a posse e foi aos pouquinhos chumbando a base, levantando as paredes... Quando ficou noivo da Maria Lúcia, acelerou. Descia todo fim de semana.”, “Um capricho que só vendo! E, ô rapaz decente sô!”. (EEMC, p. 86)

Essa é uma voz que denuncia o sentido de trabalho na realidade social do texto. A palavra “decente” para qualificar o gênero, no contexto em que foi empregada, faz parte do campo que valoriza o emprego e o trabalho, e parece estar carregada de uma lógica que confunde direito com moral. É significativo que o gênero seja a primeira pessoa a ser citada pelo personagem, ele está inserido no mercado de trabalho formalizado, empregado por um dos mais importantes jornais do estado de São Paulo. Além disso, o gênero compartilha com a família e os amigos a casa de praia, proporcionando momentos de

lazer. Podemos verificar que a imagem do gênero está associada a um conceito valorizado por uma cultura que privilegia moralmente pessoas que galgam patamares sociais por meio do trabalho.

Em relação à própria vida do taxista, conta a sua trajetória, desde que desceu do Norte para São Paulo num pau-de-arara. Ele compara as facilidades de oportunidades que a cidade oferecia no passado com o momento vivido no presente e diz que, quando chegou, rapidamente conseguiu uma colocação no mercado de trabalho porque em São Paulo, naquela época, havia muita carência de mão-de-obra na indústria, o que significava oferta de emprego, independente de qualificação profissional. Sobre a experiência de ter vivido na cidade de São Paulo em um período de estabilidade no mercado de trabalho e garantia de crescimento profissional, ele revela que a cidade é:

“... uma mãe pra mim. Logo que cheguei arrumei serviço, fui trabalhar de faxineiro numa autopeças em Santo André. Depois fui subindo de vida, porque aqui antigamente era assim, quem gostasse de trabalhar tinha tudo, ao contrário de hoje, que dá até pena, não tem emprego pra ninguém.” ,  
“Naquela época estavam tão precisados de braços pra trabalhar que a gente mal descia do pau-de-arara e já tinha garantia de emprego. Eles mesmo ensinavam o ofício.” (EEMC, p.87)

A personagem fala de uma São Paulo e de sua própria vida fazendo uma marcação no tempo entre o passado e o presente, tomando como marco sempre o trabalho. A realidade quanto às oportunidades de emprego nesses dois períodos, revelando a dificuldade que se apresenta diante do mercado de trabalho na contemporaneidade.

Sobre as transformações no mundo do trabalho, a personagem usa como testemunho a sua experiência de vida. Traça um marco temporal de um antes e um depois, apontando para uma interrupção de qualidade de vida, cujo fator decisivo foi o dia em que aceitou aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), oferecido pela empresa em que trabalhava. Torna-se aqui visível um contraste de sentimentos na personagem, que espelham a mudança do modelo de política social do trabalho do Estado Social. Transparece no texto a segurança contra a instabilidade, a certeza contra a incerteza.

Enquanto a personagem foi empregada da firma, conta que tinha estabilidade financeira, usufruía as férias, benefício garantido apenas no trabalho formal, e que conseguiu realizar sonhos acessíveis à classe média antes da crise do Estado Social como a compra da casa própria, do carro zero, a viagem com a família de trinta dias – “ eu cheguei

a ter dinheiro. Mais de uma vez levei a patroa para conhecer o meu chão ... uma vez carreguei a família inteira, seis enfiados no fuscão zerinho que tinha acabado de comprar”. Ele lembra um tempo em que o trabalho trazia crescimento material e a existência de postos de trabalho era uma certeza.

O PDV se mostrou uma experiência desastrosa na vida da personagem. Certamente a falta de preparo para assumir a direção de um negócio próprio atrapalhou a prosperidade do empreendimento, porque parece ter sido planejado de improviso:

“resolvi usar o dinheiro do fundo-de-garantia pra abrir uma lojinha de jogos eletrônicos na garagem... Pra transformar a garagem em loja tive que deixar o carro na rua. Não tinha seguro, uma trava de ferro soldava o volante na aflição... E não é que a lojinha virou ponto de tráfico de droga, me roubaram o carro e fui à falência!”. (EEMC, p. 88)

Essa circunstância fez com que ele voltasse para o mercado de trabalho, conseguindo se equilibrar com muito sacrifício, e com a ajuda financeira dos genros. É a segunda vez que ele experimenta a realidade de trabalho na cidade de São Paulo e fica claro no texto a diferença de facilidades de empregabilidade com relação à primeira vez na qual teve inserção no mercado de trabalho.

Na opinião do taxista, a decisão de sair da empresa teve conseqüências tão sérias, a ponto de influir na qualidade de formação dos filhos: as duas primeiras filhas, uma é professora e a outra é advogada, trabalham na profissão em que se formaram; os outros dois, uma é dona de casa e o outro tem uma barraquinha na feira. Essa realidade dos filhos faz com que ele reconheça existir diferenças de qualidade de vida provavelmente insuperáveis:

“lá em casa tem duas gerações, uma, a das duas meninas mais velhas, a Maria Perpétua e a Maria do Carmo, que pegaram a fase mais boa, estudaram, se formaram...” “mas os outros dois filhos pegaram a fase ruim, a Maria Lucia e o Pedro já não foram tão longe assim nos estudos”. (EEMC, p.87)

A percepção que a personagem revela sobre a vida laboral em São Paulo na atualidade é uma descrição literária do que Teoria Social tem se esforçado para apontar. No monólogo com o passageiro, o taxista termina por denunciar as dificuldades que a crise do Estado Social trouxe para mercado de trabalho, cuja solução se apresenta como um dos maiores desafios da contemporaneidade:

“aqui antigamente era assim, quem gostasse de trabalhar tinha tudo, ao contrário de hoje, que até dá pena, não tem emprego pra ninguém. Eu mesmo, que tenho uns restos de idade pra gastar ainda, já aposentei, ainda tenho que pegar o bico à unha, porque ninguém valoriza velho. Nem jovem que não tiver carteira assinada, experiência. E ninguém dá chance! Como é que esses meninos podem ter experiência se não conseguem nunca o raio do primeiro emprego?” (EEMC, p. 87)

Portanto, o taxista traça um quadro excludente e desanimador para o futuro, no qual, mesmo aposentado, não poderia deixar de buscar fonte adicional de sustento às margens de um mercado de trabalho do qual, por definição, já se achava agora excluído em definitivo.

## CONCLUSÃO

Propusemo-nos a examinar de que maneira a representação do trabalho aparecia em textos literários produzidos durante os dois períodos paradigmáticos da história – Estado Social e Estado democrático de Direito – a fim de verificar se a literatura, como linguagem particular ao sistema da arte, tematiza criticamente as mudanças do paradigma do trabalho.

Portanto era necessário aproximar duas áreas distintas do conhecimento – literatura e teoria social, mas essa aproximação sempre corre o risco de ser percebida como uma instrumentalização da primeira pela segunda, o que esvazia o papel estético e crítico que a literatura possa ter, a despeito de a modernidade inaugurar a sua autonomia. Por isso recorreremos à *teoria dos sistemas* de Niklas Luhmann, que descreve arte e sociologia como sistemas autopoieticos, autônomos, que produzem comunicação com uma linguagem que é particular a cada um dos sistemas.

Em busca desses objetivos, começamos com o estudo da construção dos sentidos nos organismos sociais, cuja compreensão torna-se necessária para examinar as diferenças de discurso sobre o significado de trabalho entre os textos de Carlos Drummond de Andrade e Luiz Ruffato. Depois nos detivemos em estudar a noção de paradigma, para que, à luz da teoria social, estivessem claros os paradigmas do mundo do trabalho de dois momentos históricos distintos para que pudessem ser reconhecidos quando do estudo das obras literárias.

Em Drummond encontramos os paradigmas do Estado Social presentes no texto por meio dos discursos produzidos pelas personagens ou por meio do silêncio que envolve o tema. Quando o autor narra histórias sobre a cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1950 e 1960, o sentido de trabalho possui um lugar privilegiado entre os valores culturais na sociedade; por meio do trabalho, as pessoas passaram a garantir o acesso à cidadania e aos direitos sociais. Há também um discurso do senso comum que valoriza o esforço e a dedicação no exercício da profissão como necessários para dar validação ao ser-humano. Mas fundamentalmente a crônica *Luzia* nos revela que o trabalho representa uma rota de

fuga de uma situação social indesejada, é visto como uma forma valorizada de ascensão social, acessível àquele que se dispuser a investir pelo menos um pouco em formação profissional.

Em Drummond se observa que o trabalho é um tema naturalizado na narrativa, faz parte da rotina diária das pessoas, não se constitui em um problema social, isso fica muito evidente tanto em *Caso do almoço* como também em *Luzia*. As questões que envolvem os trabalhadores urbanos, a classe média, não foram tematizados, figuram apenas de forma secundária nos textos literários. Esse silêncio provavelmente representou uma reação de segurança, tendo em vista o modelo de gestão estatal e empresarial em relação à política do trabalho, das décadas de 50 até a primeira metade dos anos 70, na sociedade brasileira, e o fortalecimento da classe operária, que vinha desempenhando uma atividade muito sólida em busca de maior igualdade social.

O silêncio sobre o tema do trabalho é reconhecido pelo próprio autor Carlos Drummond de Andrade, em um texto de *Passeios na ilha*, onde narra a experiência de estar diante de um projeto para fazer uma coletânea sobre poesia social brasileira nos anos 50. Ele confirma a existência desse silêncio na literatura quando declara ter notado a escassez de textos inspirados nos trabalhadores e nas relações de trabalho. Revelando que, quando ele mesmo se dispôs a falar sobre a ocupação do trabalhador, o fez de forma generalizada, “uma espécie abstrata de trabalhador”, sem defini-lo como urbano ou rural<sup>79</sup>. Nem quando Drummond denuncia o problema da miséria, a questão do trabalho vem à tona. A miséria descrita em *Debaixo da ponte* é colocada como uma questão de assistência social que se constitui em uma denúncia a partir da comparação feita entre um mundo formal e outro não-formal, ou seja, é uma denúncia para um Estado Social, que ainda não alcançou plenamente o que se propôs a fazer, isto é, a inclusão.

No entanto o silêncio que verificamos em Drummond não existe na obra de Luiz Ruffato, uma vez que os seus textos dão visibilidade à tensão, à incerteza em torno dos problemas que a contemporaneidade enfrenta sobre a exploração do trabalho. Nos fragmentos *De cor*, *Fran* e *Táxi*, ainda que as personagens encarem situações e problemas diferentes, o mundo do trabalho é o elemento essencial na realização literária, o drama constitui-se em que a vida é gasta na luta pela sobrevivência. As personagens fazem parte

---

<sup>79</sup> Andrade, C.D. “Passeios na Ilha”. In: *Poesia e Prosa em um volume*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1992, p. 1409-1413.

do enorme contingente de pessoas da cidade que estão desempregadas ou submetidas a uma condição de emprego precarizada, que estão excluídas das garantias e dos benefícios destinados apenas ao mundo oficial do trabalho. Cada história denuncia a percepção do autor sobre esse problema, que é um dos mais sérios do mundo contemporâneo: não há postos de trabalho para todos, e a formação profissional, ainda que seja um diferencial, não representa uma garantia de solução para o desemprego.

No entanto, é verdade que a falta de emprego não é uma novidade na história do nosso país, mas ainda que a experiência histórica do Brasil mostrasse que desemprego sempre foi uma realidade, o discurso do Estado Social estimulou no imaginário coletivo uma expectativa de inclusão em sua plenitude. Essa expectativa se rompeu com a crise do Estado Social e no mundo do trabalho, hoje há pouco espaço para as antigas estruturas sócio-econômicas que alimentavam o sentimento de proteção e estabilidade do trabalhador.

Os textos de Ruffato denunciam o fim desse imaginário e revelam que atualmente é preciso lidar com a consciência absoluta de que o mercado de trabalho está cada vez mais excludente, de que o desemprego é uma realidade inclusive para pessoas qualificadas, de que há uma nova categoria social composta de pessoas previamente excluídas da possibilidade de emprego formal, seja por falta de formação ou por falta de postos de trabalho. Ao conceder-lhes voz, Ruffato desperta por meio da arte a nossa percepção em relação ao terrível aprofundamento na forma como exploramos o ser humano.

Conclui-se que está presente na obra de Luiz Ruffato o sentimento de desilusão com relação a esse estado de coisas. O desapontamento e a desesperança quanto à construção de uma sociedade igualitária são descritos na teoria social, por Ramalho e Arrochelas, da seguinte maneira: “Até os anos 80 tinha-se a perspectiva de inclusão como parte integrante do projeto nacional. Hoje isso não acontece mais. A questão é que em seu lugar veio o silêncio oficial sobre a questão. Ser pobre tornou-se sinônimo não de uma condição temporária, mas de uma “quase casta”...”. Esse sentimento é descrito de outra forma nos textos de Luiz Ruffato: a situação das personagens, a falta de perspectiva de vida, as histórias fragmentadas, sem começo e sem fim, os discursos caóticos misturados aos fluxos de consciência das personagens refletem esse sentimento de inquietação, de

insegurança e de desamparo. Deixam a impressão de que não há no que se apegar, nem instituições oficiais ou paraoficiais, nem políticas de inclusão. Assim como acontece nos textos de Drummond, em Ruffato há um silêncio em torno do Estado que está envolto por sentimentos de insegurança e apontam para uma indagação: quais são as saídas para o fato de se excluir do mundo do trabalho de um contingente tão grande pessoas?

A descrição literária do problema do trabalho em Luiz Ruffato responde, no código próprio da literatura, ao ruído causado pela irritação do sistema da Teoria Social, como um exemplo do que nos ensina Luhmann. Isto demonstra que a arte estabelece a sua crítica aos fatos da realidade social, percebe quanto o problema do trabalho na contemporaneidade vai além da simples questão de estar ou não empregado, e dessa forma torna mais complexa a perspectiva e a análise do mundo do trabalho. Se considerarmos o trabalho como uma das formas de expressão de identidade, então é possível questionar como seria a imagem de uma sociedade em que não há espaço para esse tipo de expressão e que sofre com o isolamento social, cujo resultado imediato é o enfraquecimento da capacidade de atuação política do sujeito. O texto literário mostra precisamente a complexidade desses problemas que atingem a percepção de identidade do sujeito na crônica *Fran*.

O exame dos textos de Carlos Drummond de Andrade e de Luiz Ruffato revela dois modelos distintos de descrição literária do trabalho, confirmando ter havido uma mudança paradigmática em Ruffato. O significado de trabalho em cada um desses autores se apresenta também de maneira diferente. E, ao identificarmos a crítica que foi construída na tessitura da obra literária sobre o mundo do trabalho, vemos um exemplo da análise bakhtiniana sobre o fazer literário e o papel da arte, na qual sua atividade estética não é geradora de uma nova realidade, mas sim evocativa de uma realidade preexistente ao conhecimento e ao ato. Todavia, esta evocação enriquece e complementa a trajetória social da humanidade, ao inserir o homem em um ambiente estético que o pode naturalizar.<sup>80</sup>

O estudo da literatura sob a perspectiva do mundo do trabalho é relevante na medida em que esse tema é fundamental para a sociedade, uma vez que se constitui em um dos elementos centrais da vida do ser-humano. A literatura, como uma linguagem que apreende à sua maneira a realidade social, se não estiver submetida a uma visão utilitária ou pedagógica, pode dar visibilidade aos problemas do mundo do trabalho hoje, e aguçar a

---

<sup>80</sup> Bakhtin, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec; São Paulo, Annablume, 2002, p. 33.

nossa percepção em relação à forma como tem se tornado ainda mais intensos os modos de exploração do ser-humano.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 6ª ed., 6ª reimp., 2004.
- ALEMÁN, Manuel M. *El pensamiento sitémico en la teoría literária alemana II*. Revista de Filologia Alemana. Nº 8, 2000.
- ANDRADE, Carlos Drummond (org). *Carlos Drummond de Andrade: poesia e prosa em um volume*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 6ª reimp., 2003.
- \_\_\_\_\_ (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARAÚJO PINTO, Cristiano P. “Arqueologia de uma distinção – o público e o privado na experiência histórica do direito” In: Oliveira Pereira, C.F. (org). *O novo direito administrativo brasileiro*. Belo Horizonte: Forum, 2003.
- ARISTÓTELES. *Política*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1969.
- BAKHTIN, M; VOLOCHINOV, V.N. “Discourse in life and discourse in art”. In: *Freudianism: a marxist critique*. Nova York: Academic Press, 1976.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 2003.
- \_\_\_\_\_. *Problemas na poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 3ª ed., 2005.
- BRAIT, Beth (org). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2ª ed., 2005.
- \_\_\_\_\_. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BONAVIDES, Paulo. *Do Estado Liberal ao Estado Social*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. art 7º, XXXIII, São Paulo: Saraiva, 2007.
- CASTORIADIS, Cornélius. *Sujeito e verdade no mundo social histórico: Seminários 1986-1987: a criação humana I*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

- CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CARVALHO NETO, Menelick. “A hermenêutica constitucional sob o paradigma do Estado Democrático de Direito”. In: Cattoni, M.A. (coord). *Jurisdição e hermenêutica constitucional no Estado Democrático de Direito*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- FARACO, Carlos. A. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2ª ed., 2006.
- FEDOZZI, Luciano. *A nova teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. 1997. In: *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Goethe – Institut/ICBA, 1997.
- GADAMER, Hans-George. *O problema da consciência histórica*. Pierre Fruchon (org). Trad. Paulo C. D. Estrada. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2003.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.
- GUIMARÃES, Nadya A.; HIRATA, Helena (orgs). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Editora Senac, 2006.
- HABERMAS, Jurgen; REHG, Willian. *Constitutional Democracy: A Paradoxal Union of Contradictory*, publicado na revista *Political theory*, vol. 29, Nº 6. 2001. Disponível em <<http://www.jstor.org>> acesso em 22 maio 2005.
- HELFERICH, Christoph. *História da Filosofia*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991*. trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2ªed., 18ªreimp., 2001.
- KORFMANN, Michael. *A literatura moderna como observação de segunda ordem: uma introdução ao pensamento sistêmico de Niklas Luhmann*. Disponível em <[http://www.ufrgs.br/setordealemao/projetos\\_pesquisa](http://www.ufrgs.br/setordealemao/projetos_pesquisa)> Acesso em 20 de março 2007.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Boeira; Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 3ª ed., 1995.
- KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis, RJ: Vozes, 5ª ed., 1998.
- LUHMANN, Niklas. “Sobre os fundamento teórico-sistêmicos da Teoria da sociedade”. In: *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Goethe – Institut/ICBA, 1997.

\_\_\_\_\_. “Por que uma teoria dos sistemas”. In: *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*, 1997.

\_\_\_\_\_. Teoria política em el estado de bienestar. Madrid: Alianza Universidad, 1ª ed., 4ª reimp., 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Disponível em <<http://www.domínipúblico.gov.br>> Acesso em 23 abril 2007.

\_\_\_\_\_. *O capital*. Disponível em <<http://www.domínipúblico.gov.br>> Acesso em 23 abril 2007.

MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (orgs). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Trad. Reuillard, Patrícia; Taborda, Sônia. Petrópolis: Vozes, 2005.

MÉSZAROS, Isteván. *Para além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, Campinas: Unicamp, 1ª ed., 2002.

\_\_\_\_\_. *A teoria da alienação em Marx*. trad. Isa Tavares São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 2006.

MIGEOTTE, Léopold. “Os filósofos gregos e o trabalho na Antiguidade”. In: *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

NEVES, Clarissa E. B.; SAMIOS, Eva M. B. *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto alegre: Universidade/UFRGS; Goethe – Institut/ICBA, 1997.

PESSOA DE BARROS, Diana Luz e FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 2ª ed., 2003.

POCHMANN, M. “Desempregados do Brasil” In: Antunes, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

RAMALHO, Jether P.; ARROCHELLAS, Maria Helena (Orgs). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade- CAALL, 2004.

RUFFATO, Luiz. *Eles eram muitos cavalos*. São Paulo: Boitempo, 3ª ed., 2005.

SUCKALE, R; BAUR, E. *Obras-primas da pintura ocidental: uma história da arte em novecentos estudos*. Köln: TASCHEN, 2002.

THEODORO, Mario. “A questão do desenvolvimento – uma leitura”. In: *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: CAALL, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. José M.M. de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.